

**As mulheres na elite parlamentar: o paradoxo moçambicano**

**Wilma Jessyca de Marcela Bernardo**

**(nº 35589)**

**Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais**

**Especialização em (Ciência Política)**

**Outubro de 2014**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política realizada sob orientação científica de Prof. Rui Branco e Prof. Gabriel Ribeiro.

## **Dedicatória**

Dedico o presente trabalho, de forma especial à minha família que contribuiu bastante para a minha formação ao longo deste Mestrado. Mãe, pai e Sandra. De uma forma mais especial e destacável, dedico o presente trabalho às minhas mães, Vri e Sandra!

Ambas foram o meu suporte, físico e psicológico, minhas companheiras, cada qual teve o seu papel e palavras não existem para expressar o quanto vos estou grata.

Muito Obrigado por tudo!

## Agradecimentos

Aproveito este espaço para endereçar os meus profundos agradecimentos a todos os que tornaram possível a realização desta monografia.

Primeiramente, agradeço a minha família, nomeadamente, os meus pais, mãeinha Sandra (só nós sabemos o quanto foi difícil chegarmos até aqui, considero este momento uma vitória), minhas irmãs, cassulinha e amigos por todo o apoio moral, paciência, compreensão e acompanhamento ao longo do percurso académico.

Expresso o meu agradecimento ao meu orientador e co-orientador, Rui Branco e Gabriel Sérgio Mitha Ribeiro, respectivamente. Muito obrigado pela vossa orientação científica e metodológica no âmbito deste trabalho. Obrigado pela atenção, tempo, compreensão e paciência ao longo da elaboração da presente monografia.

Por fim o meu *Khanimambo*, aos meus colegas, Sérgio Dundão, Dorita Gonçalves e André Caputo Menezes, companheiros desta caminhada do curso de Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais. Agradeço imensamente pelo vosso apoio desde o meu primeiro dia na faculdade.

A todos os que foram mencionados e os demais, o meu muito obrigado.

# **As mulheres na elite parlamentar: o paradoxo moçambicano**

## **Women in Parliament Elites: the Mozambican paradox**

Wilma Jessyca de Marcela Bernardo

### **Resumo**

O propósito do presente trabalho é analisar o acesso da mulher no parlamento moçambicano, e tentar explicar a razão do bom desempenho em atingir um alto número de deputadas e qual é o grau da sua participação na política.

Nos últimos vinte anos, em consequência da democracia que se fez sentir em todos os cantos do mundo, tem-se assistido ao alargamento do espaço para uma maior participação política dos cidadãos nos processos de tomada de decisão em todos os níveis. Igualmente, assistiu-se a integração de novas perspectivas de participação política do cidadão, dentro as quais, a perspectiva orientada para factores de género, como uma maneira de entender a relação e interacção entre homens e mulheres na esfera política.

Os diferentes processos de transição política que marcaram o continente africano nos finais dos anos 80 e início dos anos 90, possibilitaram a abertura para uma maior participação do cidadão nos processos políticos, económicos, sociais, porém, alguns estudos, indicam que tal abertura ainda não está a produzir mudanças no que concerne à eliminação das desigualdades entre homens e mulheres na participação política. Os homens ainda continuam a ocupar lugares de destaque nos centros de tomada de decisão em relação às mulheres, o que nos permite concluir que ainda existem discrepâncias nas relações entre homens e mulheres, bem como no espaço de tomada de decisão.

O número crescente de mulheres a cargos de direcção e chefia, bem como, o seu envolvimento e participação na tomada de decisões a vários níveis, fazem parte dos resultados das acções empreendidas pelo governo e pela sociedade civil para o avanço da mulher e equilíbrio das relações de género. O que permite perceber o reconhecimento da importância de envolver as mulheres nos processos de tomada de decisão a todos os níveis.

Moçambique tem uma alta percentagem de mulheres parlamentares (39,2%), cenário que de acordo com Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI) 2005, um dos motivos deve-se ao sistema de quotas adoptado pelo partido FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) que prevê que a mulher deve perfazer um terço das candidaturas. Factor este que em 2005, fez com que Moçambique atingisse 30% nos órgãos de decisão conforme o recomendado pela Commonwealth. O acesso ao poder e a participação da mulher no parlamento moçambicano contribui para trazer mudanças nas relações de género, assim como na definição de políticas e estratégias que visam uma maior emancipação da mulher.

No entanto, este reconhecimento não se expressa ainda num real acesso e exercício político por parte das mulheres, pois estas ainda enfrentam uma série de barreiras a nível familiar, comunitário e institucional para aceder ao espaço político. Mesmo nos cenários em que elas acedem ao espaço político não fazem o uso devido de modo a influenciar os processos e agendas políticas para a necessidade de incorporar aspectos de género, ou orientados para o esforço das capacidades de participação das mulheres.

A participação da mulher no parlamento não pode ser medida apenas em termos do número de mulheres que fazem parte do parlamento, esses números, não podem ser tomados como sinónimo de melhoria generalizada dos direitos e oportunidades das mulheres.

**Palavras-chave:** Cultura, Desigualdade, Género e Representação política

## **Abstract**

The purposes of this dissertation is to analyze the access of women in the Mozambican parliament and try to explain the reasons for the country's performance in achieving high MPs and to what extent does their political participation influence the gender equality issue within the country. Besides the high number of MPs, what is the actual condition that the Mozambican women in general encounter.

In the last twenty years as a result of the introduction of a democratic system, the world has witnessed an expansion of the political participation of the citizens in the decision-making processes at all levels. At the same time the integration of new prospects for the citizens' political participation, whereby gender-oriented factors are used as a way to understand the relationship and interaction between men and women in a political perspective.

The different processes of political transition that marked the African continent in the late 80s and early 90s, allowed the opening for a greater participation of the citizens in the political, economic, social processes, however, some studies indicate that such openness has not brought changes in regards to eliminating inequalities between men and women. Men still continue to occupy prominent places in the centers of decision making positions in comparison to women, allowing us to conclude that there are still discrepancies in the relationships between men and women.

The increasing number of women in management and leadership positions, as well as their involvement and participation in decision making processes at various levels, are part of the results of the actions undertaken by the government and civil organizations for the advancement of women and balanced gender relations. This allows us to recognise the importance of involving women in decision making positions at all levels.

Mozambique has a high percentage of women parliamentarians (39.2 %), a scenario that according to the Swedish International Development Agency (ASDI) in 2005, one of the reasons is due to the quota system adopted by Frelimo (Liberation Front of Mozambique) which provides that women should make up a third on the party's application list. Due to this factor, in 2005 women in Mozambique reached 30 % in decision making positions as recommended by the Commonwealth. Empowerment and women's participation in the Mozambican parliament helps to bring changes in

gender relations, as well as in the definition of policies and strategies to achieve a greater number of women in parliament.

However, this recognition has not yet expressed itself as a real political access and exercise done by the women because they still face a number of barriers within the family, community and institutional sphere access. Even in the scenarios where they are present in the political sphere, they do not use their position as MPs to influence the political processes and the need to incorporate gender aspects, or direct effort in setting capacity a women's participation agenda.

Women's participation in parliaments can not be measured only in terms of numbers of MPs, these numbers can not be taken as synonymous of improvement of women's rights and opportunities.

**Keywords:** Culture, Inequality, Gender and Political representation.





# Índice

CAPÍTULO I.....	1
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Objectivos gerais e específicos .....	13
1.2 Questões de pesquisa .....	14
1.3 Estrutura .....	14
CAPÍTULO II.....	16
2. ESTADO DA ARTE.....	16
2.1 Teorias e factores que explicam a feminização política.....	17
CAPÍTULO III .....	39
3. EVOLUÇÃO DA FEMINIZAÇÃO POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE.....	39
3.1 Antecedentes históricos e construção das relações de género em Moçambique .....	39
3.2 Surgimento das Organizações Feministas .....	48
CONCLUSÕES .....	62
Referências Bibliográficas.....	65
ANEXOS .....	74



## **Lista de Abreviaturas**

AGP – Acordo Geral de Paz

AR – Assembleia da República

BPFA – Plataforma de Beijing para a Acção

BR – Boletim da República

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação  
Contra as mulheres

CNAM – Conselho Nacional para o Avanço da Mulher

DNM – Direcção Nacional da Mulher

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MMAS – Ministério da Mulher e da Acção Social

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

ONGs – Organizações Não Governamentais

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

PNAM – Plano Nacional para o Avanço da Mulher

PGEI – Política de Género e Estratégia de Implementação

PR – Presidente da República

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UG – Unidades de Género

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

# CAPÍTULO I

## 1. INTRODUÇÃO

Com 39,2%<sup>1</sup> de assentos na Assembleia da República pertencentes a mulheres, Moçambique tem uma das percentagens mais altas de feminização política em 2009, atingindo o segundo lugar no ranking ao nível de África e o nono lugar ao nível mundial. É de se salientar que este aspecto é muito surpreendente, uma vez que Moçambique é um dos países mais pobres da África. Para além disso, Moçambique tem um “Gender-Related Development Index” de 0.339, de acordo com o UNDP Human Development Report<sup>2</sup>.

Facto é, que uma alta representação feminina não necessariamente se traduz num maior número de políticas que visam resolver as diversas questões de género numa devida sociedade. Por outras palavras, a representação feminina nas Assembleias por si só não é uma condição suficiente para o empoderamento feminino.

Esta percentagem de mulheres membros da AR deve ser analisada não somente como é que esta representação foi possível mas também até que ponto resultou na implementação de uma agenda e ou política direccionada a melhorar a qualidade dos direitos da mulher e o seu status social.

As mulheres em Moçambique se transformaram de mulheres que foram mobilizadas pela Frelimo com a finalidade de atingir os objectivos nacionalistas e socialistas do partido para mulheres organizadas em prol da mudança política feminista como um movimento de mulheres activistas. Durante o governo revolucionário da Frelimo no período antes da transição só havia uma organização de mulheres: Organização da Mulher Moçambicana (OMM). A OMM não surgiu como uma iniciativa autônoma de mulheres, mas foi sim uma expressão da Frelimo de libertar as mulheres.

---

<sup>1</sup> Inter-Parliamentary Union, Women in National Parliaments, women’s representation in a single or lower house of parliament. <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif311209.htm>

<sup>2</sup> The Gender-Related Development Index is a composite index measuring average achievement in the three basic dimensions captured in the human development index – a long and healthy life, knowledge and a decent standard of living – adjusted to account for inequalities between men and women. [http://hdr.undp.org/reports/global/2003/indicator/indic\\_196\\_1\\_1.html](http://hdr.undp.org/reports/global/2003/indicator/indic_196_1_1.html).

A OMM foi criada a partir do primeiro movimento Frelimista de organização das mulheres, designado o Destacamento Feminino, uma unidade militar criada em 1968 com o intuito de observar como as mulheres podiam contribuir para a luta armada. Em muitos aspectos, a presença das mulheres armadas por si serviu como uma forma fundamental de educação política para “acabar com os mitos sobre a incapacidade das mulheres”. Dando lugar a um discurso sobre as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres. Políticos moçambicanos descreveram este cenário como "uma tentativa para dar às mulheres o seu lugar adequado na luta armada", "as mulheres não podem lutar versus as mulheres podem lutar". O Destacamento Feminino foi um ponto de viragem para as mulheres na Frelimo: não obstante do facto de que foram elas que cuidaram das crianças e dos idosos, e ao mesmo tempo foram combatentes na luta de libertação nacional.

Casimiro<sup>3</sup>, refere que embora a mulher tenha participado na Luta Armada, não lhe possibilitou uma total igualdade em relação ao homem, pois, a cidadania que os homens nacionalistas outorgaram às mulheres, pela sua participação na luta, foi uma cidadania incompleta. Existe uma difícil aceitação das mulheres como actoras sociais ao lado dos homens.

Seguramente se pode afirmar que a participação da mulher na Luta Armada obrigou a um repensar sobre o seu papel na sociedade, sobre as relações sociais com os homens e sobre o tipo de sociedade a edificar. De acordo com Casimiro, talvez seja este um dos motivos por que, apesar da situação de discriminação de que a mulher ainda é vítima, Moçambique é o primeiro país em África, em termos de percentagem de mulheres no Parlamento, 39,20%<sup>4</sup>. Este é um dos países que inscreveu a dimensão de género no Programa do Governo, saído das eleições multipartidárias de 1994.

---

<sup>3</sup> CASIMIRO, Isabel. Paz na terra, Guerra em Casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique. Tese de Mestrado na Universidade de Coimbra, 1999. Pg. 7.

<sup>4</sup> Inter-Parliamentary Union. Women in national parliaments. <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif311209.htm>

**Tabela 1: Evolução das Mulheres no Parlamento (I a VI Legislatura)**

Deputados	I Legislatura 1977 - 1986	II Legislatura 1987 - 1990	III Legislatura 1990 - 1994	IV Legislatura 1994 - 1999	V Legislatura 1999 - 2004	VI Legislatura 2004 - 2009
Homens	98	199	210	181	173	152
Mulheres	13	24	40	69	77	98
Total	111	223	250	250	250	250
% Mulheres	12%	11%	16%	28%	31%	39,20%
% Homens	88%	89%	84%	72%	69%	60,80%

Fonte: Assembleia da República (2009b), Um olhar sobre a VI Legislatura 2005-2009.

Inter-parliamentary Union [http://www.ipu.org/parline/reports/2223\\_arc.htm](http://www.ipu.org/parline/reports/2223_arc.htm)

Como indica a Tabela 1, a I Legislatura moçambicana ocorreu logo após a independência do país, marcado também pela instauração de um Estado Marxista-Leninista<sup>5</sup> e logo em seguida deu-se a guerra civil que veio a terminar em 1992 com a assinatura do AGP. Na II Legislatura face aos problemas económicos que Moçambique atravessava, o governo assinou um acordo com o Banco Mundial e FMI em 1987, que o obrigaram a abandonar completamente a política "socialista" e adoptar o sistema neoliberal <sup>6</sup> (economia descentralizada). A III Legislatura foi marcada pelo multipartidarismo consagrado na Constituição de 1990 que introduziu no sistema político moçambicano a possibilidade da organização de partidos políticos que poderiam passar a participar na governação do País. As primeiras eleições multipartidárias foram realizadas na IV Legislatura. O Partido Frelimo na V Legislatura introduziu o sistema de quotas, no qual 30% dos assentos da AR seriam reservados as deputadas do Partido e que por conseguinte deu lugar a criação da Lei de Quotas que entrou em vigor durante a VI Legislatura.

<sup>5</sup> Sistema caracterizado pelo conjunto de ideias filosóficas, económicas, políticas e sociais elaboradas primariamente por Karl Marx e Friedrich Engels interpretação da vida social conforme a dinâmica da base produtiva das sociedades e das lutas de classes daí consequentes. O marxismo compreende o homem como um ser social e que possui a capacidade de trabalhar e desenvolver a produtividade do trabalho, e possibilita o progresso de sua emancipação da escassez da natureza, o que proporciona o desenvolvimento das suas potencialidades. A luta comunista se resume à emancipação do proletariado por meio da libertação da classe operária, para que os trabalhadores da cidade e do campo, em aliança política, rompam na raiz a propriedade privada empregadora do proletariado, transformando a base produtiva no sentido da socialização dos meios de produção, para a realização do trabalho livremente associado - o comunismo -, abolindo as classes sociais existentes e orientando a produção - sob controle social dos próprios produtores - de acordo com os interesses humano-naturais.

<sup>6</sup> YOUNG, Crawford. Postcolonial State in Africa: Fifty Years of Independence, 1960-2010. The University of Wisconsin Press, Enland, 2012. Pg. 170-172.

Durante as Legislaturas mencionadas acima, o número de mulheres no Parlamento teve tendência de aumentar. Podemos concluir que a participação feminina no Parlamento deu-se numa primeira fase pela razão da introdução do sistema marxista-leninista logo após a luta da independência colonial portuguesa. Este veio a desvendar a origem das desigualdades sociais, criou uma teoria do pensamento social, partindo do princípio que este defende os interesses da maioria, que neste caso seria o interesse comum dos moçambicanos em adoptar um sistema sem exploração económica, política e social, visando alcançar a sua emancipação como povo oprimido e para construir o socialismo e o comunismo de igual para igual da classe trabalhadora como forma de assegurar o processo revolucionário. O sistema multipartidário deu lugar a um novo campo de participação política, introduzindo novos actores sociais que por sua vez com a introdução das quotas para salvaguardar a participação política das mulheres.

Um aspecto interessante ao observamos a história de Moçambique, o que o afasta de alguns países vizinhos é a ideologia do sistema Marxista-Leninista que vigorou no movimento de libertação e que agora se tornou num sistema neo-liberal, semi-democrático, capitalista e multipartidário nos anos noventa. Este factor tem um impacto significativo nas organizações feministas e na sua participação na política.

Para Conceição Osório<sup>7</sup>, Moçambique, tal como em muitos países, o sistema de quotas defendido por alguns partidos tem alargado a participação das mulheres. As quotas têm a vantagem de assegurar a representação dos dois sexos nos órgãos de decisão, mas elas por si só não são suficientes para dar poder às mulheres. Isto devido a legitimidade que o movimento feminista adquiriu, e também ao grau de participação na vida social e inserção no processo decisório.

Estes marcos, de uma forma conjunta possibilitaram uma maior abertura para a discussão de políticas de género e para o seu enquadramento.

As estatísticas mostram que nas últimas duas décadas o mundo em si passou a contar com a presença da mulher em todos os campos da vida, particularmente nos órgãos de decisão política. A presença e o recrutamento das mulheres nas elites parlamentares e governativas têm sido um dos principais focos de análise na literatura moçambicana<sup>8</sup> e internacional.

---

<sup>7</sup> OSÓRIO, Conceição. Acesso e exercício do poder político pelas mulheres. Publicado no “Outras vozes”, n.º 21, de Novembro de 2007. Pg. 8.

<sup>8</sup> ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Géneros: Mediações nas rotas de Ingresso das mulheres na representação Política. Rio de Janeiro. Revista de Sociologia e Política, n.º 24, Junho de 2005. Pg. 193-



De acordo com o IDEA<sup>9</sup>, o nível de representação política da mulher em diferentes corpos legislativos a nível mundial varia de forma significativa. A estratégia de criação de quotas para promoção da maior participação da mulher na esfera pública, foi ganhando espaço nos últimos tempos. Os governos e os partidos políticos passaram a criar estratégias com vista a incorporação da mulher em diferentes esferas da vida pública e social e apresentaram vários tipos de resultados.

O mesmo relatório constatou que o caso de Moçambique e da República Sul Africana, tem sido destacado com exemplo de sucesso ao nível da região austral e no mundo<sup>10</sup>. Baseando-se num princípio voluntário de fixação de quotas no partido num sistema eleitoral semi-presidencialista. Os dois partidos no poder, ANC (African National Congress) e Frelimo, adoptaram voluntariamente quotas na ordem dos 30%. Com efeito, a combinação do presidencialismo e o sistema de listas fechadas para eleição no legislativo, criou condições para que todas pessoas que estivessem na lista fossem mulheres.

**Tabela 2: Representação feminina no Parlamento sul africano (1994 a 2009)**

Deputadas	Eleições 1994	Eleições 1999	Eleições 2004	Eleições 2009
Homens	300	280	269	226
Mulheres	100	120	131	174
Total	400	400	400	400
% de Mulheres	25%	30%	32,75%	43,50%
% de Homens	75%	70%	67,25%	56,50%

Fonte: Inter-parliamentary Union [http://www.ipu.org/parline-e/reports/2291\\_E.htm](http://www.ipu.org/parline-e/reports/2291_E.htm) e <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

215. Para a autora, o acesso pelas mulheres a representação política, e particularmente aos espaços legislativos, vem sendo objecto de inúmeros estudos académicos a partir do início de 1990

<sup>9</sup> Vide o Relatório do International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2004: The Implementation of Quotas: African Experiences. Edited by Julie Ballington. [http://www.idea.int/publications/quotas\\_africa/upload/IDEA\\_no3.qxd.pdf](http://www.idea.int/publications/quotas_africa/upload/IDEA_no3.qxd.pdf). Pg. 22.

<sup>10</sup> [http://www.ipu.org/parline-e/reports/2291\\_arc.htm](http://www.ipu.org/parline-e/reports/2291_arc.htm)

A República Sul Africana, onde, com fim do apartheid, se combina a luta contra a discriminação racial com a luta contra a desigualdade de género, ou seja, mais que em nenhum outro país se colocou de forma tão clara a relação entre raça e género. Uma das saídas para esta dupla exclusão foi a criação de uma política de discriminação positiva, contribuindo para a redistribuição de recursos e poder, tendo sido criada, no final dos anos 90, uma Comissão designada por The South African Commission on Gender Equality, para avaliar as estratégias e propor acções visando alcançar a igualdade de género. Num país onde a luta contra a exclusão racial aparece como a grande prioridade para a pacificação social e a estabilidade democrática corre o risco de ser ocultada<sup>11</sup>. É neste sentido que os dilemas que se colocam ao feminismo sul-africano constituem desafios e lições a reter pelos movimentos de mulheres doutros países da região: referimo-nos explicitamente às tensões e ambiguidade existentes na sociedade sul-africana pondo em confronto a permanência e a legitimidade do modelo patriarcal (conferido pelo poder político, pelo menos em algumas das suas dimensões, como é o caso da poligamia) com o movimento desenvolvido pelas organizações de defesa dos direitos de género<sup>12</sup>.

Algumas das questões que o movimento feminista sul-africano coloca como constrangimento no acesso das mulheres ao poder são levantadas também noutros países do continente, onde as referências culturais ao patriarcal continuam a constituir o principal obstáculo para a igualdade de género. Por exemplo, é no modelo androcrático que se encontra o quadro justificativo para restringir o acesso das raparigas à escola, que configura a domesticidade como nuclear à identidade feminina e que se socializa para a subalternidade.

Como África, principalmente a África Austral, tem buscado responder a estes problemas? Em primeiro lugar destaca-se o trabalho de algumas académicas feministas (Kioko, 2004; e Ahikire, 2004) que têm procurado estudar as especificidades que sociedades saídas da dominação estrangeira, e/ou de graves conflitos internos, produzem na estrutura de género. Estas pesquisas desenvolvem-se em torno de dois temas centrais: um é a articulação entre feminização da pobreza e os mecanismos de socialização que perpetuam a subordinação, e o outro é a “masculinização” das

---

<sup>11</sup> OSÓRIO, Conceição. Género e democracia. As eleições de 2009 em Moçambique. WLSA Moçambique, Maputo, 2010. Pg. 65.

<sup>12</sup> A África do Sul tem uma Constituição progressista, como são exemplo o reconhecimento de direitos às diferentes orientações sexuais e a existência de dispositivos legais que sancionam severamente a violência de género. Mas, por outro lado, a existência de um sistema jurídico dual, poque ele assenta em hierarquias de género, limitar o alcance da Lei Fundamental.

instituições que cooptam as mulheres para o exercício do poder num contexto em que as relações de poder continuam inalteráveis. Em segundo lugar, frisar o papel que a sociedade civil tem tido nestes países em torno de questões concretas, como é o caso da luta contra a violência doméstica e pela despenalização do aborto. Por outro lado têm-se desenvolvido estratégias de concertação regional das mulheres e crianças. E por último, tem havido, também ao nível regional, a elaboração de legislação e políticas públicas que têm procurado assegurar os direitos humanos das mulheres, quer através de reforma legal quer através da inclusão de abordagens de género em programas de desenvolvimento, criando ministérios que se dedicam a questões de género<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> A SADC criou várias estruturas de género, incluindo os Mecanismos Nacionais de Género, que incluem Ministérios e Departamentos que coordenam as actividades de género, comissões de género, conselhos ou comités de género.

**Tabela 3: Comparação da distribuição de mulheres nas instâncias de poder na SADC, nos anos 2004 e 2008<sup>14</sup>**

País	% de mulheres no Parlamento 2004	% de mulheres no Executivo 2004	% de mulheres no Parlamento em 2008	% de mulheres no Executivo em 2008
Angola	15,4	14,8	15,0	6,3
Botswana	18,0	26,7	11,1	27,8
Lesoto	10,8	21,1	25,0	31,6
Malawi	9,3	13,8	13,0	23,8
Maurícias	5,7	4,0	17,1	10,0
Moçambique	30,0	13,0	34,8	25,9
África do Sul	30,0	29,6	33,0	44,8
Seicheles	29,4	27,3	23,5	20,0
Suazilândia	3,1	13,3	10,8	18,8
Tanzânia	22,3	14,8	30,4	20,7
Zâmbia	12,0	15,0	15,2	16,7
Zimbabwe	10,0	14,3	13,5	16,3
Namíbia	26,4	15,0	26,9	25,0
Total	17,3	16,4	20,7	22,1

**Fontes:** União Inter- Parlamentar e Unidade de Género da SADC (2004); UNIFEM (2008/9).

Como indica a Tabela 3, Moçambique e a África do Sul são os países com maior número de mulheres no Parlamento e no Executivo ao nível da SADC, destacando-se em Moçambique, o aumento de 13% em 2004, para 25,9% em 2008, de mulheres a exercerem funções na governação. Este equilíbrio entre os dois órgãos de poder pode se traduzir na real vontade política de adoptar as orientações de Pequim<sup>15</sup> e o Protocolo Sobre Género e Desenvolvimento da SADC.

<sup>14</sup> OSÓRIO, Conceição. Género e Democracia. As eleições de 2009 em Moçambique. Maputo, WLSA, 2010. Pg. 64.

<sup>15</sup> A Declaração e Plataforma de Acção de Beijing de 1995, recomenda um conjunto de medidas a serem adoptadas pelos governos e partidos políticos com o objectivo de assegurar a participação política das mulheres.

Embora se observe um crescimento na participação da mulher nos órgãos de legislação, este ainda é insuficiente e o seu papel nem sempre tem merecido a devida atenção. Colocamos a seguinte questão: as mudanças políticas e sociais no âmbito de promover a igualdade de género, ocorrem com a participação da mulher no Parlamento? Defende-se que a área em que mais progressos se têm feito em termos de igualdade de género em Moçambique é a da participação política das mulheres. Na VI Legislatura teve uma mulher como sua Primeira Ministra e tem hoje uma mulher como Presidente da Assembleia da República. Ao considerarmos que país está entre os países com maior representação feminina nos órgãos legislativos, esta reivindicação é verdadeira, mas deve ser relativizada no contexto de outros déficits quanto aos direitos de género. Apesar dos progressos, a discriminação contra as mulheres reflecte-se em aspectos da vida social, cultural, política e económica, incluindo os seguintes:

- Na família, as mulheres são discriminadas pelos seus familiares e não recebem o mesmo tratamento que os homens, este aspecto observa-se com maior relevo nas famílias menos favorecidas e nas localidades. Os meninos são muitas vezes favorecidos em decisões sobre que membros da família deverão beneficiar de educação formal; embora a desigualdade de género na educação tenha diminuído nos últimos anos. As decisões são muita das vezes tomadas com base em práticas costumeiras, onde os meninos e os homens são definidos como os que ganham para o sustento da família, e as raparigas e mulheres como donas de casa.
- Os maiores níveis de analfabetismo nas mulheres e a falta de conhecimento dos seus direitos significam que os casos de discriminação contra as mulheres dificilmente são levados resolvidos. Baixos níveis de alfabetização, especialmente nas mulheres, têm sido, desde há muitos anos, uma característica constante da sociedade moçambique. Na área laboral, são poucas as oportunidades existentes para as mulheres no sector formal, especialmente para posições de nível sénior.
- Tanto os homens como as mulheres são relutantes em resolver os seus conflitos nos tribunais judiciais. Nas zonas rurais, os tribunais são distantes. As vítimas de violência doméstica podem estar relutantes em levar o seu parceiro ao tribunal, muita das vezes não o fazem por opressão da família ou devido ao estigma que envolve a questão do

abuso sexual. Embora tenha sido aprovada uma Lei Contra a Violência Doméstica, esta ainda é considerada normal nas relações entre homens e mulheres. Algumas formas de violência contra mulheres e crianças da sociedade estão enraizadas em dinâmicas de género da sociedade discriminatórias e de desigualdade. Alguns dos estudos analisados neste trabalho parecem indicar que a ordem social dominada por uma cultura tradicional e patriarcal “machista” é forte em Moçambique<sup>16</sup>. Continua a haver, por exemplo, casamento infantil apesar das disposições da Lei da Família de 2004, o que parece-nos estar relacionado com a persistência dos papéis de género tradicionalmente atribuídos a mulheres e raparigas como mães e cuidadoras na sociedade. Com base de uma pequena amostra dos nossos entrevistados, constatamos que existe uma certa aceitação generalizada do uso da violência, algumas mulheres afirmaram que os homens tinham o direito de lhes bater em certas circunstâncias, tais como sair de casa sem informar o marido ou recusar manter relações sexuais. As mulheres mais escolarizadas são menos propensas a aceitar a violência doméstica, tal como as mulheres que vivem em áreas urbanas. Apesar da aparente aceitação cultural da violência doméstica, outros estudos<sup>17</sup> têm revelado que a violência extrema resultando em danos corporais é inaceitável para as comunidades, bem como para os homens e mulheres individualmente. No seu primeiro e segundo relatórios combinados ao Comité das Nações Unidas para a CEDAW, Moçambique informou que a maioria das famílias prefere resolver os casos de abuso sexual fora dos tribunais, por via de indemnização ou casamentos. Existe a falta de conhecimento sobre o sistema legal e certos atrasos no sistema judicial para este tipo de casos<sup>18</sup>. Fraco acesso ao

---

<sup>16</sup> TVEDTEN, Inge, PAULO, Margarida e MONTSERRAT, Georgina, Gender Policies and Feminization of Poverty in Mozambique, CMI Report, Chr. Michelsen Institute, Bergen, 2008. Pg. 185. In Pobreza Infantil e Disparidades. UNICEF, 2010. [www.unicef.org/mz/cpd/documents/Pobreza-infantil-2010.pdf](http://www.unicef.org/mz/cpd/documents/Pobreza-infantil-2010.pdf)

<sup>17</sup> TVEDTEN, Inge, PAULO, Margarida e ROSÁRIO, Carmeliza. “Opitanha”: Social relations of rural poverty in northern Mozambique, CMI Report 2006, Chr. Michelsen Institute, Bergen, Noruega, 2006. Pg.16.

<sup>18</sup> United Nations Committee on the Elimination of Discrimination against Women, “Consideration of reports submitted by States Parties under article 18 of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, Combined initial and second periodic reports of States Parties – Mozambique,” CEDAW/C/MOZ/1-2, Nações Unidas, Genebra, 14 de Novembro de 2005. Pg 1-2.

sistema de justiça, insuficiente conhecimento dos direitos das mulheres, e falta de um sistema de aplicação de penas legais agravam o problema.

A redução da pobreza em Moçambique entre 1996/97 e 2002/3 não beneficiou todos os segmentos da população da mesma forma. A pobreza foi reduzida mais significativamente nas famílias chefiadas por homens do que nas famílias chefiadas por mulheres. Estudos recentes indicam que a tendência de feminização da pobreza se deve pelo menos parcialmente, ao facto de as mulheres estarem mais fortemente envolvidas no sector agrícola do que os homens (89% comparativamente a 68%)<sup>19</sup>. Ao mesmo tempo as mulheres têm menos acesso à educação, menos oportunidades de emprego no sector formal, rendimentos mais baixos e menos oportunidades para diversificar suas fontes de renda. Os mesmos estudos mostraram também que os agregados familiares chefiados por mulheres, além de serem mais pobres em termos económicos do que os que são chefiados por homens, têm reduzido acesso do meio social como consequência das estruturas predominantemente patriarcais da sociedade moçambicana.

Os níveis gerais de participação no mercado de trabalho são ligeiramente mais elevados nas mulheres em idade activa (15-59 anos), 82%, do que nos homens da mesma idade (79%). A participação das mulheres na força de trabalho está principalmente concentrada na agricultura de subsistência nas zonas rurais, onde elas constituem 62% da população activa, enquanto os homens predominam em todos os outros principais sectores da economia, onde mais se pode ganhar. As mulheres que se encontram na força de trabalho têm habilitações literárias mais baixas que os homens: 15% dos homens no mercado de trabalho chegaram ao segundo nível do ensino primário ou acima disso, comparados com apenas 5% das mulheres participantes<sup>20</sup>. Quando existem oportunidades de geração de rendimento, os homens tendem a ter uma maior probabilidade de aceder a estas oportunidades e delas beneficiar. Nas áreas urbanas, as mulheres são mais propensas a depender do sector informal devido aos mais baixos requisitos de ingresso e ao facto de o acesso ao emprego formal ser fortemente controlado pelo capital social (contactos sociais), que favorece os homens por ainda serem vistos como o que sustenta a família.

---

<sup>19</sup> TVEDTEN, Inge, PAULO, Margarida e MONTSERRAT, Georgina, Ibidem. Pg. 12.

<sup>20</sup> Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006–2009, Governo de Moçambique, Maputo, 2006. Pg. 13-15. Relatório elaborado pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento.

As mulheres em Moçambique vivem duas situações paradoxais na actualidade: por um lado, ocupam 39,20% das cadeiras no parlamento; por outro, não nos parecem ter voz suficientemente activa na sociedade ou incentivo à condição da mulher na sociedade. Ao interrogar-se, ao nível dos partidos, se o modelo de construção da desigualdade de género é contestado, o presente trabalho traz um contributo importante para nos permitir perceber o paradoxo que é destacar-se Moçambique por ter um elevado número de mulheres ao nível do poder político, enquanto simultaneamente se encontra, somente para citar um exemplo, *entre os 10 países, ao nível mundial, com maior incidência do “casamento” prematuro, ao mesmo tempo esta tem um papel importante na sociedade moçambicana*: é quem cuida da casa, das crianças e quem garante o alimento, não necessariamente reconhecida por isso<sup>21</sup>. O casamento prematuro é um fenómeno habitual e de grande incidência. Este aspecto nos revela que existe um tipo de discriminação e, acima de tudo, a maneira como as famílias e as sociedades tratam as meninas. O casamento<sup>22</sup> pressupõe, antes de mais nada, o livre consentimento entre as partes. Então se pegarmos na definição de casamento, todas as uniões que não obedecerem ao carácter “voluntário”, podemos presumir que este efectivamente está em contrário sensu.

Neste contexto, levantamos duas questões: quem está em condições de dar o seu consentimento ao casamento? Uma criança, por exemplo, que não tem maturidade suficiente para avaliar a extensão dos compromissos que assume ao casar-se, estará em condições de consentir? Este tipo de decisão implica um conhecimento. Na Lei da Família, a idade núbil é fixada em 18 anos para ambos os sexos. Assim, porque uma pessoa com idade inferior a 18 anos não é capaz de dar o seu consentimento válido para se casar, os casamentos em que exista um menor de idade são considerados como uniões forçadas. Em um dos textos escritos por Maria José Arthur, publicado pela Women and Law in Southern Africa<sup>23</sup>, intitulado “O casamento prematuro como violação dos direitos humanos. Um exemplo que vem de Gorongosa”, para Sigma Huda<sup>24</sup>, o casamento imposto a uma mulher não pela força explícita, mas submetendo-a

---

<sup>21</sup> Population Council (2005), Child Marriage Briefing Mozambique. In: [www.popcouncil.org/pdf/briefingsheets/MOZAMBIQUE\\_2005.pdf](http://www.popcouncil.org/pdf/briefingsheets/MOZAMBIQUE_2005.pdf).

<sup>22</sup> A Lei da Família, aprovada em 2004 (Lei nº 10/2004), define-o como “a união voluntária e singular entre um homem e uma mulher, com o propósito de constituir família, mediante comunhão plena”, vide de artigo 7, Noção de casamento.

<sup>23</sup> [http://www.wlsa.org.mz/?\\_\\_target\\_\\_=tex\\_casamentoprematuro](http://www.wlsa.org.mz/?__target__=tex_casamentoprematuro)

<sup>24</sup> HUDA, Sigma "Report of the Special Rapporteur on the human rights aspects of the victims of trafficking in persons, especially women and children, Sigma" for the United Nations Commission on Human Rights, February 2006.



a pressão e/ou manipulação, muitas vezes dizendo-lhe que a recusa de um pretendente irá prejudicar a sua família na comunidade, também pode ser entendido como forçado. Por estas razões, o casamento prematuro é condenado tanto ao nível do sistema universal dos direitos humanos, como em instrumentos legais nacionais.

Mas se a adesão dos partidos não obedece a princípios ideológicos que traduzam um real compromisso para com os direitos humanos das mulheres, então essas iniciativas buscam simplesmente ganhos eleitorais imediatos, e aí estar-se-á em presença de um aparente paradoxo.

A resposta a esta questão não é nem simples nem rápida, não só porque cada partido possui lógicas diferentes, mas também porque são diversos os espaços e as possibilidades que as mulheres têm, no seu seio, de se afirmarem enquanto sujeitos.

Exposto este conjunto de ideias e factos, fazemos a seguinte pergunta:

**O elevado nível de feminização parlamentar em Moçambique se traduz num sinónimo de melhoria generalizada dos direitos e oportunidades das mulheres?** É esta pergunta de partida que versa sobre este trabalho.

### **1.1 Objectivos gerais e específicos**

O objectivo geral do presente trabalho é estudar o alargamento do espaço político e social para uma maior participação política da mulher nos processos de tomada de decisão em Moçambique. Tentar saber o porquê e como é que Moçambique, um país que possui déficits sociais, económicos e educacionais, em termos de números, está quase a atingir 50/50 a nível de paridade política no parlamento.

Os objectivos específicos seriam saber se as mulheres eleitas têm motivação para se opor a normas culturais e assumirem lugares “opostos” da condição de mulheres de família que lhes é esperado por uma parte da sociedade; a evolução da participação política da mulher na política; mostrar através das estatísticas a representatividade da mulher no Parlamento; verificar se nas outras esferas sociais existe ou não paridade e até que ponto estas vêm a beneficiar a mulher; analisar se existem algumas medidas de intervenção directa que visam aumentar as taxas de feminização e quais são as possíveis formas de sanar o problema do elevado índice de discrepância.

## 1.2 Questões de pesquisa

- ✓ Que significado tem o aumento da participação das mulheres no parlamento?
- ✓ Fará sentido pensar que, aumentando o número de mulheres nos cargos de decisão, se melhora a qualidade da democracia de um país?
- ✓ Quais são as condições, favoráveis e desfavoráveis, que promovem e/ou dificultam a participação política das mulheres principalmente no que respeita ao acesso ao parlamento?
- ✓ Quais são os factores que contribuem para o nível de desigualdade de género ao nível de participação política?
- ✓ O que faz com que as mulheres não estejam em posições de elegibilidade nas listas eleitorais dos partidos?
- ✓ Como caracterizar o poder parlamentar pelas mulheres? Que alterações a prática parlamentar feminina pode promover nos mecanismos de funcionamento institucional, nomeadamente no que respeita à introdução da questão de género no pacote legislativo?
- ✓ Pode-se pressumir que os interesses femininos serão melhor representados simplesmente pelo facto de se eleger mais candidatas femininas?
- ✓ Como caracterizar a atitude dos partidos políticos face à participação política das mulheres?
- ✓ Existe uma ligação entre género e democracia?
- ✓ Em que medida o poder económico e estatuto social poderá condicionar ou favorecer a participação e representação das mulheres na política, concretamente no âmbito do parlamento?

## 1.3 Estrutura

O presente trabalho é composto por 4 Capítulos. O Capítulo I, denominado **Introdução**, apresentamos a visão global dos diferentes aspectos que iremos estudar, a contextualização da representação parlamentar das mulheres moçambicanas, os **Objectivos do trabalho**, as **Questões de pesquisa** e a **Estrutura** do trabalho.

No Capítulo II, o que intitulamos **Estado Da Arte**, apresentamos uma abordagem teórica de participação das mulheres na elite parlamentar recorrendo a vários conceitos e teorias em abstracto através da revisão e análise bibliográfica, artigos, jornais, monografias, estudos diversos, boletins legislativos e entrevistas semi-

estruturadas aplicando-os em Moçambique em particular, tornando assim possível a elaboração de hipóteses.

No Capítulo III, a que foi atribuído o título **Estudo de género em Moçambique**, debruçamo-nos sobre a mulher no Estado moçambicano, os antecedentes históricos determinantes para a construção das relações de género, a evolução da feminização política, instrumentos que promovem a feminização, os desafios e a nossa reflexão sobre o estudo.

Por fim, perfilamos as nossas conclusões, em face ao painel exposto e discutido.

Foi feita a pesquisa bibliográfica em várias instituições nomeadamente, a Biblioteca da Assembleia da República, Centro de Estudos Africanos, especificamente o seu Departamento de Estudos de Mulher e Género na Universidade Eduardo Mondlane, no ISCTE, Biblioteca Santomayor, Fórum Mulher, Ministério da Mulher e da Acção Social, EISA, WLSA e no Gabinete da Mulher Parlamentar.

Efectuaram-se entrevistas 22 na Província de Maputo durante o período de Outubro de 2013 a Agosto de 2014. Foram entrevistados deputados, deputadas do Partido Frelimo e Renamo, membros de organizações que estudam as relações de género, pessoas singulares (Anexo 1). Houve alguma dificuldade nos casos em que tentávamos entrevistar os especialistas em estudos de relações de género e alguns deputados devido à sua indisponibilidade, e outro motivo foi devido a tensão política que Moçambique se encontra, a Assembleia da República se encontrava reunida tanto para aprovação de novas leis que farão parte do pacote legislativo e devido as reuniões do Comité Central com vista as eleições presidenciais.

## CAPÍTULO II

### 2. ESTADO DA ARTE

De acordo com Norris e Inglehart<sup>25</sup>, embora as mulheres constituam mais de 50% da população mundial, estas representam apenas cerca de 15% dos parlamentares, cerca de 10% dos membros de governo e não mais de 5% dos chefes de Estado ou de governos<sup>26</sup>. A participação desigual de homens e mulheres nas elites governativas e parlamentares constitui um objecto de estudo com certa relevância, conforme se pode observar pela crescente bibliografia dedicada à análise das causas explicativas da sub-representação feminina nos centros e órgãos de decisão política. Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, 189 Governos concordam que esta situação constituía um problema sério para a democracia e comprometeram-se a desenvolver acções conducentes a uma maior paridade entre homens e mulheres na participação política.

As discussões em torno da paridade estão associadas as disparidades existentes em cada país. As últimas décadas têm sido frutíferas na análise e explicação dessas disparidades. Segundo a literatura<sup>27</sup>, os factores “estruturantes” da sub-representação de deputadas entre países são de cariz institucional, socio-económico e cultural<sup>28</sup>.

Finalmente, a presença equilibrada de género parlamentar é uma questão de mudar as estruturas de poder que tendem a favorecer as instituições dominadas pelos homens<sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> NORRIS, Pippa e INGLEHART, Ronald. *Rising tide: gender equality and cultural change around the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003. Pg. 105.

<sup>26</sup> BAUM, Michael e ESPÍRITO-SANTO, Ana. Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres, In André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, *Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002*, Lisboa, ICS, 2004. Pg. 262. [www.ipu.org](http://www.ipu.org) e <http://www.wedo.org/5050/heads.htm>.

<sup>27</sup> MATLAND, Richard. Women's Representation in National Legislatures: Developed and Developing Countries *Legislative Studies Quarterly* 23. 1998. Pg. 109-125. In <http://orion.luc.edu/~rmatlan/pdf/1998WomensRepresentationinNationalLegislatures.pdf>

<sup>28</sup> BIRD, Karen. The Political Representation of Women and Ethnic Minorities in Established Democracies: a Framework for Comparative Research. Paper apresetado na Academy of Migration Studies, na Dinamarca, 2003. In <http://www.outcome-eng.com/wp-content/uploads/2011/12/Karen-Bird-amidpaper.pdf>

<sup>29</sup> PHILLIPS, Anne. *The Politics of Presence*. Oxford University Press, 1995. Pg. 45.

Durante décadas um grupo de países Nórdicos atingiram altos números de representação feminina nos parlamentos, desde aos 35% aos 45%<sup>30</sup> em 2000. Tais percentagens resultaram de uma combinação de factores, por exemplo, o alto número de escolarização das mulheres, mulheres inseridas no mercado de trabalho, pressão das mulheres membros das organizações da sociedade civil, do sistema eleitoral e da introdução da Lei de Quotas adoptada pelos partidos. Todos estes factores são relevantes para o nosso estudo, porque também são aplicáveis para o caso moçambicano, como iremos ver mais adiante

## **2.1 Teorias e factores que explicam a feminização política**

Na ciência política, os estudos em torno da equidade parlamentar têm crescido desde as últimas décadas do século XX, problematizando as disparidades de género nas elites parlamentares e nas governativas, que até à data favorecem a supremacia masculina<sup>31</sup>. Foram surgindo várias abordagens e teorias de vários autores como Matland, Bird, Lovenduski, Norris e outros, sobre como colmatar estas disparidades e promover o recrutamento feminino, destacando-se perspectivas de razões partidárias, políticas públicas, culturais, sócio-económicas, institucionais. Os factores “estruturantes” da desigualdade do número de deputadas entre países são de cariz institucional, cultural e socio-económico.

### **Factores culturais**

Os argumentos baseados em factores culturais defendidos na literatura para justificar as disparidades de recrutamento feminino entre países, Pippa Norris e Ronald Inglehart são, neste campo, os principais defensores de que “a cultura importa”. “As percepções da divisão apropriada dos papéis sociais no seio do lar e da família, o emprego pago e a esfera política são moldadas pela cultura predominante – as normas, crenças e os valores de uma sociedade, que, em conjunto, residem nos níveis de modernização social e nas tradições religiosas”<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> BAUER, Gretchen e BRITTON, Hannah. Women In African Parliaments: A Continental Shift? United States of America, Lynne Rienner Publishers, Inc, 2006. Pg 3.

<sup>31</sup> De acordo com o portal Inter-Parliamentary Union, até 31 de Dezembro de 2011 existiam apenas 19.5% de mulheres nos Parlamentos de todo o mundo. Esta percentagem abrange os Parlamentos Únicos e os Parlamentos Bicamerais. Dados vistos em <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>.

<sup>32</sup> NORRIS, Pippa. INGLEHART, Ronald. Rising tide: gender equality and cultural change around the World, Cambridge, Cambridge University Press, 2003. Pg. 8.

Norris e Inglehart baseam este argumento na Teoria da Modernização e identificam três tipos de sociedade: sociedades pós-industriais (ocidentais), sociedades industriais (em desenvolvimento) e sociedades agrárias. Neste caso, o nível de modernização e industrialização reside nos papéis sociais que afecta o modo como as mulheres agem e são vistas na sociedade e, consequentemente, o nível de recrutamento feminino nos órgãos políticos. Conforme os autores, quanto maior o nível de industrialização (modernização), mais equitativos serão os papéis sociais do homem e da mulher. As sociedades agrárias são apresentadas como as sociedades onde homem e mulher desempenham papéis muito definidos e diferentes entre si, causando um afastamento das mulheres da vida política. Quanto aos países em desenvolvimento (processos de industrialização), estes tendem a facilitar a entrada das mulheres no mercado de trabalho, reduzir as taxas de fertilidade e aumentar a literacia e as oportunidades educacionais para as mulheres, apesar de estas continuarem a ter menos oportunidades do que os homens<sup>33</sup>. As sociedades pós-industriais (sociedades industriais mais avançadas) são apresentadas como *ex libris* neste aspecto. Nas sociedades pós-industriais, os papéis de género têm convergido fortemente devido a uma revolução estrutural de trabalho pago, nas oportunidades económicas para as mulheres e nas características das famílias modernas<sup>34</sup>.

O que está presente no pensamento de Norris e Inglehart quanto a classificação das sociedades, são os pressupostos da teoria socio-económica. Estes são a justificação para os níveis de disparidade de recrutamento parlamentar feminino entre sociedades: quanto mais uma sociedade permitir às mulheres o acesso ao trabalho, à educação e à saúde, mais fácil será criar uma cultura de género equitativa. Para os autores, essa cultura é mais provável nas sociedades pós-industriais, onde é mais previsível a prática dos direitos legais em relação à mulher. Isto significa que, para a teoria cultural, o aumento do recrutamento parlamentar de mulheres tem de assentar obrigatoriamente numa revolução cultural baseada na modernização, *ie*, num desenvolvimento económico com implicações culturais<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> NORRIS, Pippa. INGLEHART, Ronald. *Rising tide: gender equality and cultural change around the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003. Pg. 10-11.

<sup>34</sup> NORRIS, Pippa. INGLEHART, Ronald. *Rising tide: gender equality and cultural change around the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003. Pg. 29.

<sup>35</sup> NORRIS, Pippa. INGLEHART, Ronald. *Rising tide: gender equality and cultural change around the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003. Pg. 8-9.

Contudo, este argumento por si só não é suficiente para explicar a disparidade de recrutamento entre países. Os próprios autores apontam falhas a teoria de modernização, e para contornar estas falhas, vários teóricos têm apontado um conjunto de micro-factores que interfere nas atitudes culturais de uma sociedade e, conseqüentemente, no posicionamento dessa sociedade perante o recrutamento feminino para órgãos políticos. Entre esses factores encontram-se o nível de democratização e secularização social, as suas tradições religiosas e as atitudes sociais, a existência ou não de um legado comunista e a idade média da população. Norris e Inglehart acreditam que um nível elevado de democratização e de secularização social; tradições religiosas menos autoritárias e hierarquizadas; a existência de atitudes e percepções igualitárias entre homens e mulheres; a ausência de legados comunistas e o aumento de jovens numa sociedade tendem a gerar mais igualdade entre homens e mulheres. Por isso, é mais provável que nas sociedades que reúnem estas características exista um maior índice de recrutamento de mulheres para as elites parlamentares<sup>36</sup>.

Viegas e Faria<sup>37</sup> complementam este argumento com o modelo dos países nórdicos, referindo que aí as políticas sociais evoluíram desde cedo e em sintonia com o nível de modernização, através da “criação de infra-estruturas de apoio à educação e guarda das crianças, bem como da adopção de medidas de protecção da maternidade e de garantia dos direitos das mulheres no trabalho”. Na visão dos autores, a acção política ajudou a sedimentar uma cultura igualitária. Norris e Inglehart sustentam, no entanto, que esse movimento pode partir da sociedade: “se as pessoas estão, em geral, mais predispostas a ver mulheres eleitas para cargos públicos, os partidos podem sentir-se mais dispostos a conduzir reformas institucionais e estratégias de acção afirmativas de modo a atingir esse objectivo”<sup>38</sup>. Christmas-Best e Kjaer consideram que o processo é bilateral, na medida em que “quanto mais mulheres existirem no Parlamento, mais facilmente essa presença se torna uma norma socialmente aceite”<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup>NORRIS, P. The Impact of Electoral Reform on Women's Representation. *Acta Politica*, 4, 2006. Pg. 38-48. In <http://www.palgravejournals.com/ap/journal/v41/n2/full/5500151a.html>

<sup>37</sup>VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio. *Ibidem*. Pg. 7.

<sup>38</sup>NORRIS, Pippa. INGLEHART, Ronald. *Rising tide: gender equality and cultural change around the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003. Pg. 146.

<sup>39</sup>CHRISTMAS-BEST, Verona. e KJAER, Ulrik. *Why so Few and Why so Slow? Women as Parliamentary Representatives in Europe from a Longitudinal Perspective*. In Cotta, Maurizio. e Best, Heinrich. *Democratic representation in Europe: Diversity, Change and Convergence*, Oxford, Oxford University Press, 2007. Pg. 83.

Este conjunto de teorias e argumentos culturais sugerem que os valores culturais tradicionais têm sido suspeitos de funcionar como um grande obstáculo para a representação das mulheres em cargos electivos, embora estudos anteriores não foram capazes de estabelecer provas conclusivas de apoio a esta teoria. Teorias da socialização há muito enfatizaram a importância da divisão de tarefas de acordo com o género dentro de um país - especialmente as atitudes igualitárias em relação às mulheres como líderes políticos. Explicações culturais a hipótese de que nas sociedades tradicionais, as mulheres serão reluctantes em concorrer<sup>40</sup>.

Teóricas como Carole Pateman (1970) e Anne Phillips (1991 e 1995) defendem que apesar do princípio universal formal de igualdade política entre homens e mulheres, a política nas sociedades democráticas liberais é predominantemente dominada por homens e, por isso, tende a privilegiar valores, cargos políticos de decisão e normas que favorecem os homens<sup>41</sup>.

### **Factores sócio-económicos**

Desde os anos 60 que o crescimento económico se traduz ao desenvolvimento humano e político na literatura político-económica. Esta perspectiva conciliadora da economia e do social conduziu à produção de argumentos sobre a emancipação da mulher no mercado de trabalho, na educação e na esfera política através do aumento do seu poder económico. Antes dessa emancipação, os elevados níveis de saúde e educação nas antigas elites colocavam entraves à participação das mulheres, que eram sub-representadas desses grupos<sup>42</sup>. Dito isto, a literatura aponta o desenvolvimento económico como uma condição necessária para a igualdade de género, capaz de mudar os problemas de educação das mulheres, o seu nível de pobreza, os salários baixos e discriminação no local de trabalho, assim como as suas responsabilidades para com a casa e a família e a sua participação e representação no sistema político<sup>43</sup>.

As dimensões consideradas mais importantes na análise do papel social da mulher são o acesso à educação e ao emprego. O aumento do acesso à educação tem sido visto, desde a II Guerra Mundial, como “uma das influências mais importantes e de longo alcance ao nível do estatuto da mulher no século XX”. E quanto mais elevado o

---

<sup>40</sup> INGLEHART, Ronald, NORRIS, Pippa. *Gender Equality and Democracy*, University of Michigan. 2004. Pg. 2.

<sup>41</sup> BAUM, Michael e ESPÍRITO-SANTO, Ana. *Ibidem*. Pg. 263.

<sup>42</sup> CHRISTMAS-BEST, Verona. e KJAER, Ulrik. *Ibidem*. Pg. 81.

<sup>43</sup> NORRIS, Pippa. INGLEHART, Ronald. *Rising tide: gender equality and cultural change around the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003. Pg. 4-5.



nível de educação, mais provável é a entrada e a afirmação de mulheres em áreas dominadas por homens – como a política. No que diz respeito ao emprego, a literatura considera como importante não só o factor do acesso, mas também o tipo de emprego e o cargo ocupado pelas mulheres. Quando o recrutamento parlamentar é feito a partir de empregos ou cargos dominados por homens, como as funções militares e as direcções executivas ou de gestão, é mais provável a sub-representação feminina. Mas quando é feito “a partir de um grupo neutro (como serviços públicos) ou dominado por mulheres (como no ensino)”, o acesso das mulheres à arena política pode ser “facilitado”<sup>44</sup>.

Vários estudos comparativos entre sociedades modernas têm comprovado esta relação entre o desenvolvimento económico e o recrutamento parlamentar de mulheres. Suécia tem sido um dos exemplos apontados, na medida em que conjuga um forte desenvolvimento económico e social (PIB, acesso igualitário à educação e ao trabalho) com um elevado recrutamento feminino para a elite parlamentar. De acordo com o The Global Gender Gap Report de 2011, a Suécia é o quarto país do mundo com uma melhor relação entre desenvolvimento económico e acesso das mulheres à saúde, à educação, ao mercado de trabalho e a cargos políticos<sup>45</sup>. Nas sociedades mais afluentes do mundo, como os Estados Unidos e a França, onde as mulheres têm alcançado vantagens substanciais no acesso a universidades, quadros de empresas e profissões, tem existido um progresso mínimo para as mulheres nos governos. Os contrastes de recrutamento no Canadá (onde as mulheres representam 31,27% dos deputados) e nos Estados Unidos (16,95%) ou, dentro da Europa, entre a Itália (20,30%) e a Holanda (38,34%), também foram usados pelos autores para afirmar que “elevados níveis de desenvolvimento socio-económico nem sempre são condições necessárias para o sucesso das mulheres” na política<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> CHRISTMAS-BEST, Verona e KJAER, Ulrik. Ibidem. Pg. 81-82

<sup>45</sup> Suécia apresenta uma taxa de literacia muito elevada e, simultaneamente, igual entre homens e mulheres. O Produto Interno Bruto é de 387.059 mil milhões de euros e o PIB per capita de 41.000 mil euros. Entre 2001 e 2011 o crescimento do PIB da Suécia foi de 52,54% (Fonte: DATOSMACRO). É o sétimo país do mundo com mais oportunidades de trabalho iguais para homens e mulheres. Em termos políticos, é o segundo país europeu com maior percentagem de mulheres no Parlamento e o quarto a nível mundial (44,7%). Mais informações em [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2011.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2011.pdf)

<sup>46</sup> NORRIS, Pippa. INGLEHART, Ronald. Rising tide: gender equality and cultural change around the World, Cambridge, Cambridge University Press, 2003. Pg 5 e 131.

## Factores Institucionais

Alguns autores têm sugerido que algumas medidas a nível do país podem ser adoptadas como necessárias ou suficientes para a representação equilibrada de género e, além disso, as condições internas do partido podem interagir com as condições externas do partido em uma série de práticas a fim de criar o equilíbrio de género no parlamento<sup>47</sup>. Boselli<sup>48</sup> afirma, “Os partidos políticos são os principais responsáveis pela sub-representação feminina. Com estruturas sexistas, dificilmente incorporam as mulheres em igualdade de condições com os homens, principalmente nos postos de direcção”.

São vários os factores institucionais usados para explicar a disparidade de recrutamento parlamentar feminino. André Freire<sup>49</sup> refere o sistema político de cada país, o sistema de governo, o tipo e o formato de governo, a dinâmica e o tipo de articulações entre os principais partidos políticos como factores capazes de influenciar “a estrutura de oportunidades” das carreiras políticas e do recrutamento feminino. Grande parte da literatura sob este aspecto foca-se, no entanto, em seis factores específicos: tipologia de sistema eleitoral; tipo de listas eleitorais; dimensão dos círculos eleitorais; quotas ou “regras informais”; organização e ideologia dos partidos políticos e nível de renovação parlamentar.

Os argumentos de Matland (1998), Reynolds (1999), Siaroff (2000) e Viegas & Faria (2001) em torno do sistema eleitoral sustentam que os países onde vigoram sistemas de representação proporcional tendem a ter índices de recrutamento feminino parlamentar superiores aos dos países que adoptaram sistemas de representação mista e, principalmente, de representação maioritária. Wilma Rule apresentou um estudo analítico da representação feminina em 68 países desenvolvidos e em desenvolvimento e dessa análise concluiu que o sistema eleitoral é o factor institucional mais importante para compreender as disparidades de recrutamento entre países, especialmente entre países com sistema eleitoral representacional e maioritário<sup>50</sup>. Em geral, a literatura tem

---

<sup>47</sup> NORRIS, Pippa e INGLEHART, Ronald. *Gender Equality and Democracy*, University of Michigan, 2004. Pg. 208.

<sup>48</sup> BOSELLI, Giane. No poder e sem violência: dos desafios da inclusão feminina neste século. In: CFEMEA, 2004. Pg. 2.

<sup>49</sup> FREIRE, André. *Recrutamento Parlamentar: os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, 2001. Pg. 25.

<sup>50</sup> RULE, Wilma. Contextual barriers and benefits to women’s parliamentary and cabinet representation in 68 democracies. Paper apresentado na 18ª World Congress of the International Political Science Association, no Quebec. Cit. por Christmas-Best, V. e Kjaer, U. (2007), “Why so Few and Why so Slow? Women as Parliamentary Representatives in Europe from a Longitudinal Perspective”, 2000. In Cotta, M.

apontado o mesmo argumento que as mulheres têm o dobro da possibilidade de serem eleitas deputadas em sistemas proporcionais em comparação com os maioritários<sup>51</sup>.

Deste argumento, surgem algumas críticas. Norris é uma das autoras que se opõe à centralidade do sistema eleitoral na compreensão das disparidades de recrutamento entre países. A autora defende que nem sempre os sistemas proporcionais proporcionam um maior índice de mulheres nas elites parlamentares em comparação com os de representação mistos e maioritários, como é o caso do Canadá que têm um sistema maioritário e do Israel que têm um sistema de representação proporcional, no entanto existe uma maior percentagem de representação no primeiro caso<sup>52</sup>. A autora argumenta que o tipo de sistema eleitoral não é uma condição necessária nem suficiente para garantir a representação feminina e sugere outras dimensões institucionais, para além da vertente cultural. Entre elas se observa a organização e a ideologia dos partidos, a criação de quotas ou lugares reservados e a magnitude dos círculos eleitorais. Norris, afirma que a procura dos recrutadores dos partidos e da oferta dos candidatos interagem para gerar a panóplia de candidatos parlamentares.

A magnitude e natureza dos círculos eleitorais (uninominais ou plurinominais) são um dos factores institucionais estudados por Norris e Viegas & Faria<sup>53</sup>. Ambos argumentam que os círculos plurinominais de maior magnitude são mais favoráveis à entrada das mulheres nas elites parlamentares, uma vez que permitem aos partidos eleger mais candidatos e candidatos mais “diferenciados”. Quanto maior a magnitude do círculo, maior a lista de candidatos dos partidos que concorrem por aquele círculo: “a proporção de mulheres que surgem como candidatas às eleições legislativas é sempre maior no conjunto dos círculos grandes e menos nos círculos pequenos”<sup>54</sup>. Nesta ordem de ideias, para Siaroff, quantos mais candidatos eleitos pelos círculos de maior magnitude, maior será a percentagem de mulheres com assento parlamentar<sup>55</sup>. De uma forma inversa, os círculos uninominais, onde é eleito apenas um candidato, são mais desfavoráveis à entrada das mulheres para as elites parlamentares. Isto deve-se à

---

e Best, H. (2007) *Democratic representation in Europe: Diversity, Change and Convergence*, Oxford, Oxford University Press.

<sup>51</sup> BIRD, Karen. *Ibidem*. Pg. 94-100.

<sup>52</sup> NORRIS, Pippa. The Impact of Electoral Reform on Women's Representation *Acta Politica*, 41, 2006. Pg. 197-213. In <http://www.palgrave-journals.com/ap/journal/v41/n2/full/5500151a.html>

<sup>53</sup> VIEGAS, José Manuel Leite e FÁRIA, Sérgio. *As mulheres na Política*. Oeiras: Celta, 2001. Pg. 33.

<sup>54</sup> VIEGAS, José Manuel Leite e FÁRIA, Sérgio. *Ibidem*. Pg. 33.

<sup>55</sup> SIAROFF, Alan. Women's Representation in Legislatures and Cabinets in Industrial Democracies. *International Political Science Review*, 21(2), 2000. Pg. 205-206. In <http://ips.sagepub.com/content/21/2/197.full.pdf>

“estratégia de maximização de voto” típica deste tipo de círculo, desenhada para “minimizar os riscos eleitorais” e garantir a “escolha segura” e mais comum: a selecção de um homem<sup>56</sup>.

As teorias sobre a magnitude e a natureza dos círculos acabam por sua vez, por comprovar a teoria sobre o tipo de sistema de representação. Sendo que a natureza plurinominal dos círculos apenas pode ser aplicada aos sistemas proporcionais e mistos, entende-se que, desde que se garantam círculos de grande dimensão, haverá maior probabilidade de as mulheres serem eleitas nos sistemas proporcionais do que nos maioritários – que pressupõem, a priori, a eleição de um único candidato por círculo eleitoral.

As quotas e os lugares reservados são também um factor importante para a análise comparativa de recrutamento feminino entre parlamentos. Neste âmbito, o foco está na natureza das quotas e na sua aplicação – se o sistema de quotas está ou não instituído por lei, quer formal ou informal/voluntária e se é aplicável ou não a todos os partidos de um determinado país<sup>57</sup>. No caso dos países nórdicos, os primeiros da Europa a instituir quotas, verifica-se a implementação formal, como é o caso da Dinamarca, e informal, que é o caso da Noruega, os resultados foram idênticos<sup>58</sup>. Através da introdução de quotas torna-se favorável a transformação dos partidos políticos em organizações de representação igualitária. “As quotas constituem um factor que pode explicar o porquê de alguns partidos dominarem a presença igualitária de homens e mulheres nos Parlamentos”<sup>59</sup>.

Como resultado da introdução de quotas, nasce um efeito contágio, baseado na premissa de que quando um partido se mostra favorável ao recrutamento de mulheres através das quotas formais ou informais, os restantes seguirão o exemplo como forma de não perderem votos nas eleições. Traduz-se, portanto, de um efeito também de

---

<sup>56</sup> NORRIS, Pippa. Ibidem. Pg. 205-206.

<sup>57</sup> NORRIS, Pippa. Ibidem. Pg. 209.

<sup>58</sup> VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio. Ibidem. Pg. 9.

<sup>59</sup> LILLIEFELDT, Emilie. Political Parties and Gender Balanced Parliamentary Presence in Western Europe: a two-step fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis. Working Paper, 2009. Pg. 12. In <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CFUQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.sussex.ac.uk%2Fsei%2Fdocuments%2Fsei-working-paper-no111.pdf&ei=xQHRT73pFomx0QXgncnJCw&usg=AFQjCNEoH9mMTUHFpFjFTdgcoeV0Effbrw&sig2=pc74ET9vXqfZNYu23cPNCQ>

“dinâmica de competição”, que fornece aos partidos “incentivos estratégicos” para recrutarem mais mulheres para as listas eleitorais e, por sua vez, elegê-las<sup>60</sup>.

Os argumentos sobre as vantagens das quotas não são aceites por todos. Bird argumentou que 15,8% dos assentos parlamentares, a nível global, eram atribuídos a mulheres através do sistema de quotas, enquanto 16,9% de mulheres conseguiam ser eleitas deputadas sem recorrer ao sistema de quotas<sup>61</sup>. Norris concorda que os sistemas de quotas, de uma forma isolada, não têm grandes efeitos no aumento do número de mulheres no Parlamento. Para a autora, é necessário conciliar a magnitude dos distritos e a natureza da lista partidária a análise do sistema de quotas<sup>62</sup>.

Ao nível da estrutura de lista partidária, a literatura considera as listas abertas mais benéficas ao recrutamento feminino parlamentar do que as fechadas<sup>63</sup>. “Com um sistema de listas aberto, os eleitores podem ir além das decisões dos partidos (...). Quando o eleitorado vota num partido em vez de um candidato político, as decisões tomadas dentro das organizações partidárias vão determinar a proporção de mulheres parlamentares”<sup>64</sup>. Natureza do sistema de listas é, assim, apontada como um influenciador do recrutamento feminino parlamentar, na medida em que pode pressupor um controlo dos partidos políticos<sup>65</sup>. Sustenta-se que as mulheres são preteridas em favor dos homens pelos órgãos partidários responsáveis pela selecção dos candidatos e pela ordenação das listas eleitorais<sup>66</sup>.

Os partidos são considerados como os “principais veículos e gatekeepers da representação política”<sup>67</sup>. Christine Cheng e Margit Tavits argumentam que a composição de género dos partidos – os responsáveis pelo recrutamento dos candidatos, vulgo “gate-keepers – desempenham um papel crucial, que se traduz no encorajar ou desencorajar as mulheres a concorrerem aos cargos. Candidatas mulheres são mais propensas a serem nomeadas quando o responsável pelo recrutamento do partido é uma

---

<sup>60</sup>CHIARA, T Why so Few? Women’s Political Careers in Governmental Positions in Italy (1987-2008). Paper apresentado na Conferência ECPR, em Dublin, 2010. Pg. 8. *In* <http://www.ecprnet.eu/databases/conferences/papers/466.pdf>

<sup>61</sup>BIRD, Karen. Ibidem. Pg. 20.

<sup>62</sup>NORRIS, Pippa. Pg. 207-208.

<sup>63</sup>MATLAND, Richard. Enhancing Women’s Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems, 2005. Pg. 87. In Ballington, J. e Karam, A. (eds), Women in Parliament: Beyond Numbers. A Revised Edition. Estocolmo: IDEA. *In* [http://www.idea.int/publications/wip2/upload/WiP\\_inlay.pdf](http://www.idea.int/publications/wip2/upload/WiP_inlay.pdf)

<sup>64</sup>LILLIEFELDT, Emilie. Ibidem. Pg. 6.

<sup>65</sup>FREIRE, André. Pg. 29.

<sup>66</sup>MARTINS, Manuel Meirinho e TEIXEIRA, Conceição Pequito. O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres, DGAI-MAI, 2005. Pg 16.

<sup>67</sup>LILLIEFELDT, Emilie. Ibidem. Pg. 4.

mulher e não um homem. Estas sublinham a importância de factores informais para a compreensão da sub-representação política das mulheres<sup>68</sup>.

Face a este conjunto de teorias e argumentos expostos, constatamos que a sub-representação feminina nos órgãos de poder político remete, claramente, para as limitações no acesso pleno das mulheres às diversas esferas da vida social – acesso a educação –, económica – acesso ao mercado de trabalho e meios financeiros –, e cultural. Numa primeira fase, trata-se de conquistar a igualdade em termos de oportunidades e de remover os entraves que impedem as mulheres de aceder as diversas áreas socio-profissionais ou de usufruírem de um estatuto social igual ao dos homens.

As altas taxas de feminização têm a ver com os condicionalismos do campo político: a predominância dos sistemas eleitorais proporcionais ou misto, ao regime de quotas nas listas de candidatura ou de ponderação por sexo nas nomeações políticas e a factores sociais e culturais favoráveis a participação política feminina<sup>69</sup>. Uma maior ou menor feminização pode ser condicionada por duas grandes dimensões de enquadramento político e social, sendo estas<sup>70</sup>:

1. O tipo de sistema eleitoral<sup>71</sup> de cada país
2. As políticas sociais adoptadas e as condições de apoio às famílias (Estado providência).

No primeiro ponto, os estudos efectuados indicam que os sistemas eleitorais de representação proporcional como sendo o mais favorável para a eleição de elementos femininos, em comparação com os sistemas maioritários<sup>72</sup>. Para Ballington<sup>73</sup> e Bauer e Britton<sup>74</sup>, as quotas são melhor implementadas num sistema eleitoral de representação

---

<sup>68</sup> CHENG, Christine e TRAVITS, Margit. Gender matters in selection of female party candidates in Canada. <http://politicsinspires.org/2011/09/gender-matters-in-selection-of-female-party-candidates-in-canada/>

<sup>69</sup> VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio. Ibidem. Pg 5-13.

<sup>70</sup> VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio. Ibidem. Pg 5-6.

<sup>71</sup> O tipo de sistema eleitoral e a introdução de quotas são medidas parcialmente significantes, porque ao contrário de outras estratégias para aumentar o nível de representação legislativa das mulheres, tais como alterar a cultura política e o nível de desenvolvimento económico, as estruturas institucionais são relativamente fáceis de serem alteradas.

<sup>72</sup> NORRIS, Pippa e INGLEHART, Ronald. Gender Equality and Democracy, University of Michigan, 2004. Pg. 187.

<sup>73</sup> BALLINGTON, Julie; MATLAND, Richard. Political parties and special measures: Enhancing women's participation in electoral processes. In: Expert Group Meeting on "Enhancing women's participation in electoral processes in post-conflict countries". Glen Cove, 2004. Pg. 125.

<sup>74</sup> BAUER, Gretchen e E.BRITTON, Hannah. Ibidem. Pg. 4-5.

proporcional do que num sistema maioritário<sup>75</sup>. Matland<sup>76</sup> sustenta que a mudança do sistema eleitoral muitas vezes representa uma meta muito mais realista de ser alcançada ao contrário da mudança da cultura política sobre as mulheres. Neste caso as mulheres entram nas listas mais pela sua competência técnica e sensibilidade política do que pela carreira partidária, cujo exige uma disponibilidade de tempo dificilmente compatível com outras responsabilidades no campo familiar. Maioria parte dos países adoptou o sistema de representação proporcional mas nem todos têm um equilíbrio de género nos parlamentos, podemos presumir que a mudança do sistema eleitoral por si só não é suficiente.

O segundo ponto analisa aspectos sociais e culturais que não são especificamente políticos. As políticas sociais adoptadas em cada país, revelam-se importantes factores condicionadores do grau e amplitude da participação política das mulheres. Tendo como exemplo o modelo dos países nórdicos, as políticas sociais envolveram desde cedo a criação de infra-estruturas de apoio à educação e guarda das crianças, bem como a adopção de medidas de protecção da maternidade e de garantia dos direitos das mulheres no trabalho, que no seu conjunto, visavam criar condições de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na esfera pública.

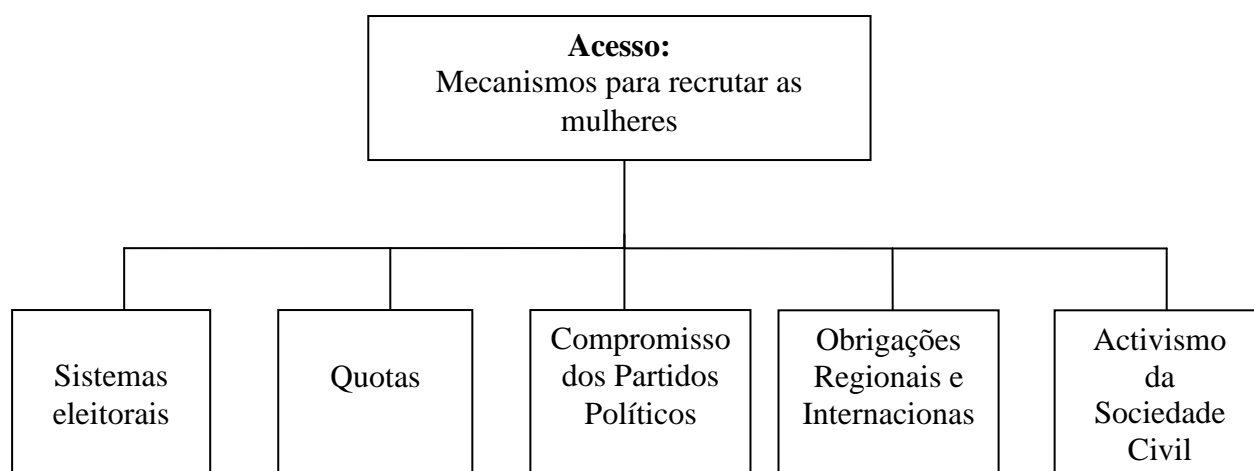
Face as ilações referidas acima, através dos diversos factores apontados, para o caso moçambicano, foi possível criar um quadro conceptual para explicar o recrutamento das deputadas, tendo como base a transformação, o acesso e a participação das mulheres no parlamento e como o Estado trata da questão de género e democracia.

---

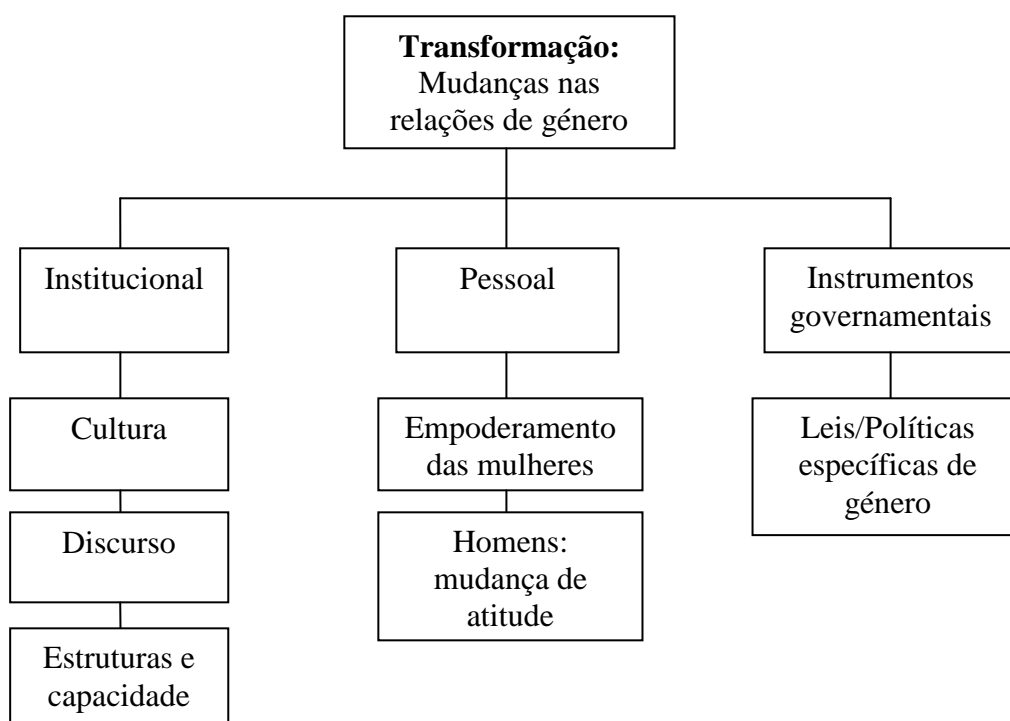
<sup>75</sup> BAUER, Gretchen e E.BRITTON, Hannah. Ibidem. Pg. 6.

<sup>76</sup> MATLAND, Richard E. Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems. In: IDEA, Women in Parliament, Stockholm, 2002. Pg. 5.

**Quadro 1: Conceptualização: Acesso**

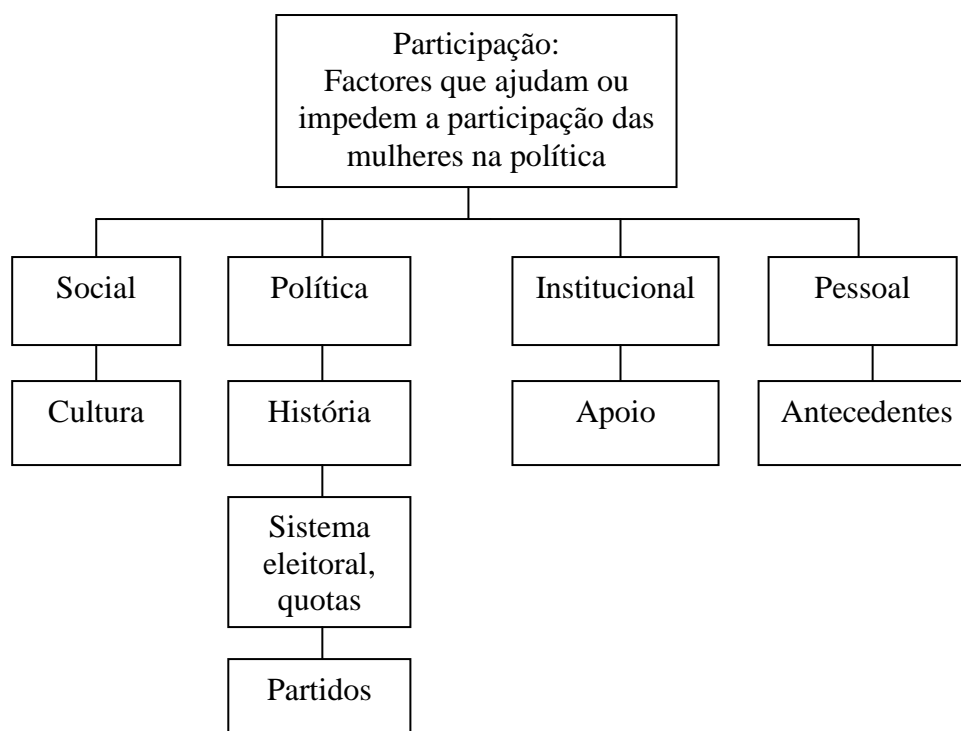


**Gráfico 2: Conceptualização: Transformação**





**Gráfico 3: Conceptualização: Participação**



Estes três gráficos reflectem um conjunto de aspectos que determinam o recrutamento feminino nas elites parlamentares moçambicanas e achamos que o problema reside na questão de acesso que estas têm na esfera política, e este acesso é determinado por diversos factores, como veremos mais para frente.

A ideia de que para fazer a diferença as mulheres devem constituir uma “massa crítica” leva-nos de volta para a pesquisa feita pela cientista política, Drude Dahlerup que afirmou: “Não esperem que façamos muita diferença enquanto formos apenas poucas mulheres na política. Precisa de uma massa crítica de mulheres para fazer uma mudança fundamental”<sup>77</sup>.

Um estudo sobre as mulheres na vida pública, levada a cabo pela Divisão das Nações Unidas para o Avanço das Mulheres (DAW) em 2000, também argumenta que apenas uma massa crítica de mulheres permite as mulheres políticas trazerem valor diferente para a vida pública. Com uma minoria operando num domínio masculino, para a maioria das mulheres figuras públicas serem aceites e operarem na base de igualdade com os homens, elas têm que se adaptar e adoptar as prioridades masculinas

<sup>77</sup> DAHLERUP, Drude. From a small to a large minority, women in Scandinavian politics quoted in Virginia Willis, “Public life: Women Make a Difference”. Paper for the Expert Group Meeting on the Role of Women in Public Life, DAW, Vienna, 1991. Pg.10.

predominantes na vida pública. As minorias, tais como as mulheres que são bem-sucedidas num mundo dominado por homens, absorvem a cultura dominante a tal ponto que elas tendem a se dissociarem das outras mulheres. Portanto, uma maior participação política das mulheres não quer dizer que estas irão facilitar a criação de mecanismos para facilitar a condição feminina.

O argumento de que apenas as mulheres que se declaram feministas e activistas do género podem fazer a diferença, ignora o papel importante que as outras mulheres jogam no apoio a tais agendas e a importância dos números na construção dos consensos em torno dessas agendas. Também ignora a importância das várias mulheres que tomam decisões que não se declaram feministas ou activistas do género e nem são hostis a tais agendas, mas se simpatizam com os assuntos sem estarem certos do que podem fazer dentro das estruturas de tomada de decisão para fazer a diferença. O que é inegável é que aumentar os números de mulheres nos gabinetes não é, por si só, uma solução para assegurar a igualdade de mulheres e acabar com a discriminação do género.

Em termos de acesso e participação feminina no parlamento moçambicano, este é cheio de obstáculos que residem em:

### **1) Factores ideológicos**

Incuí a natureza patriarcal, tradicional, racismo, sexismo, cultura e religião. O modelo patriarcal constrói, reconstrói e legitima a discriminação das mulheres sob todas as suas formas e bloqueia o seu acesso em espaços históricos e socialmente masculinizados, como é o caso do campo político, económico e social. O factor cultural em Moçambique tem um grande peso e por sua vez constitui um entrave significativo na carreira política da mulher. A cultura acaba por determinar o grau de participação política da mulher moçambicana. O período colonial foi predominado com uma cultura política paroquial de onde o Estado tinha políticas baseadas em princípios tradicionais.

Houve uma parte da população que se afastou das teorias emanadas pela autoridade tribal, e o sistema político começou a ganhar adeptos, o cidadão apelou por um sistema político mais complexo, com estruturas de governo central especializadas. Após a independência começou a surgir uma cultura política de súbito, mas mesmo

assim ainda se fazem sentir alguns aspectos paroquiais que têm um certo relevo, apesar das estruturas políticas introduzidas serem a favor da participação<sup>78</sup>.

Algumas das questões que os movimentos feministas colocam como constringimento no acesso das mulheres ao poder são as referências culturais do modelo patriarcal que continuam a constituir o principal obstáculo para a igualdade de género. Por exemplo, é no modelo andocrático que se encontra o quadro justificativo para privar o acesso das meninas à escola, que configura a domesticidade como nuclear à identidade feminina e que se socializa para a subalternidade. A socialização na escola rompe, por um lado com a socialização cultural da família, e por outro lado, adapta e encontra pontos de acordo que permitem a convivência entre espaços e agentes de socialização. Como agente social a escola é, a par da família, um agente de socialização privilegiado. Sendo assim, a escola pode ser entendida como sendo mediadora de um sistema de formação e também estruturante das condutas em termos de valores na sociedade. Existe uma relação de complementaridades e conflitos entre os processos e mecanismos da socialização escolar e familiar.

Tradicionalmente, os partidos políticos são bastiões do poder patriarcal<sup>79</sup>. A política é um ambiente hostil para as mulheres porque ainda existe uma crença de que as mulheres não foram feitas para a política, e que elas deviam se dedicar a cuidar da casa, do marido e dos filhos. As sociedades patriarcais restringem as mulheres à esfera privada onde se espera que elas assumam as tarefas de esposas e mães. Como refere, a entrevistada 1 (Anexo 1), “Normalmente, no seio de muitas famílias moçambicanas, principalmente, nas residentes nas zonas rurais, as raparigas são obrigadas a fazer muitas tarefas domésticas e são ensinadas que elas são inferiores em relação aos rapazes. Aliás, os pais costumam dividir os trabalhos de casa, pelo género”.

## **2) Factores políticos**

Desde a independência a 25 de Junho de 1975, Moçambique conheceu várias alterações constitucionais. No entanto, a mais profunda foi sem dúvida a Constituição de 1990 que consagrou o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos no quadro de um sistema multipartidário, o princípio da separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário, e a realização de eleições livres, que assegurou

---

<sup>78</sup> RIBEIRO, Gabriel Sérgio Mitha. As representações sociais dos moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política. Lisboa, ISCTE, 2000. Pg. 16-18.

<sup>79</sup> OSÓRIO, Conceição. Subvertendo o poder político? Análise de género das eleições legislativas em Moçambique. WLSA Moçambique, Maputo, 2005. Pg. 11.

campo para a conclusão do Acordo Geral de Paz de 1992. A assinatura do AGP em Roma a 4 de Outubro de 1992 pôs fim à guerra civil que opôs o governo da Frelimo à Renamo durante cerca de 16 anos.

Portanto, a Constituição de 1990 torna possível a recomposição do campo político em Moçambique<sup>80</sup>. Mas embora a Constituição tenha introduzido o fundamento legal de um sistema multipartidário em Moçambique em 1990, foi apenas praticamente dois anos depois, com a assinatura do acordo de paz em Roma em Outubro de 1992, que as perspectivas se abriram para uma efectiva transformação do sistema político moçambicano. “Na realidade, era impossível a construção de um verdadeiro sistema multipartidário enquanto a Renamo – a principal força de oposição – se mantivesse fora do processo, continuando a actuar militarmente para derrubar o partido no poder<sup>81</sup>.

Em Outubro de 1994 realizaram-se as primeiras eleições gerais e multipartidárias da história do país, que elegeram, pela primeira vez em sufrágio directo, o Presidente da República e a Assembleia da República – um parlamento unicameral composto por 250 deputados. Estas eleições derão lugar a adopção de um sistema semi-presidencialista e constituíram uma etapa decisiva no processo de transição democrática iniciado com a adopção da Constituição de 1990. A saída do sistema autoritário para a introdução da democracia e da nova Constituição em Moçambique é tido como um factor essencial para a representação política feminina.

Moçambique segue o sistema de representação proporcional em que o país está dividido em 10 províncias e a Cidade (capital) de Maputo, que tem estatuto de província. Estas 11 províncias constituem os círculos eleitorais nas eleições gerais. Os deputados são eleitos em círculos eleitorais que correspondem um a cada um dos distritos do país, um à cidade de Maputo e outro, com três deputados, para a comunidade moçambicana residente no exterior do país. Os assentos são alocados em função da percentagem de votos que o partido consegue numa determinada eleição. Este sistema tem sido aplaudido pela possibilidade que ele abre para a participação e representação dos diferentes grupos representativos da sociedade moçambicana na tomada de decisão. Desde 1999, a política Frelimista fixa quotas para a representação de jovens, mulheres e antigos combatentes, respectivamente, 20%, 30% e 10% para as eleições legislativas. E em contrapartida, nesse período, a Renamo não adoptou a lei de

---

<sup>80</sup> BRITO, Luís. Estado e Democracia Multipartidária em Moçambique. In: BRITO, Luís e Bernerd Weimer Multipartidarismo e Perspectivas Pós-Guerra, Relatório de Seminário, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert, Março de 1993. Pg. 30.

<sup>81</sup> Idem. Ibidem. Pg. 30.

quotas. Importante ressaltar que a introdução de quotas foi uma iniciativa do próprio partido da Frelimo e não algo de carácter obrigatório.

As quotas têm sido implementadas na região da SADC. Todos os cinco países da SADC que alcançaram ou ultrapassaram os 30% de representação de mulheres no governo local - Lesotho (58%), Moçambique (35.6%), África do Sul (40%), Tanzânia (34%) e Namíbia (42%) têm algum tipo de quotas (voluntárias ou Constitucionais).

As quotas voluntárias são medidas tomadas pelos partidos políticos para garantir a inclusão de mulheres nas suas listas ou nas suas estruturas. A desvantagem deste tipo de quotas é que muitas vezes não existem sanções pelo seu não cumprimento, e como resultado elas são muitas vezes promessas que ficam no papel e não são implementadas.

As quotas Constitucionais e legisladas são medidas obrigatórias que determinam, através da Constituição ou Leis eleitorais relevantes que uma certa percentagem dos assentos ou posições devem ser reservadas para mulheres. A vantagem deste tipo de quota é que elas se aplicam a todos os partidos políticos e há sanções ou penas para os partidos que não cumprirem, tais como a rejeição das listas pelas Comissões Eleitorais ou desqualificação nas eleições.

O Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul, a Frelimo e a Renamo, estabeleceram quotas voluntárias de 50% para o primeiro partido, e 40% e 30% para os dois últimos, respectivamente.

Na actual legislatura, o partido Frelimo com uma quota para 40% para as mulheres nos órgãos de tomada de decisão a todos os níveis, elegeu 98 deputadas, o correspondente a 39,20% do total de eleitos por este partido. Embora não tenhamos podido acessar os documentos que estabelecem as quotas para as mulheres, de fontes autorizadas fomos informados que o partido Renamo estabeleceu a quota de 30% para a participação da mulher nas estruturas decisórias do partido, e que nas últimas, realizadas em 2009, o partido decidiu aumentar a quota para 50%. Dos 51 deputados que o partido Renamo elegeu, 14 são mulheres, o que corresponde a 27.05% dos seus deputados. O Movimento Democrático de Moçambique (MDM), recentemente entrado no cenário político nacional, elegeu nas últimas eleições legislativas 8 deputados, dos quais apenas uma mulher, representando uma percentagem de 12.5% dos seus deputados (Anexo 2).

Face ao exposto, presumimos que o uso das quotas, numa primeira fase, foi introduzida pela Frelimo, causando um “efeito de contágio” baseado na teoria de que quando um partido se mostra favorável ao recrutamento de mulheres, os restantes

seguirão o exemplo como forma de não perderem votos nas eleições, tornando desta forma uma competição dinâmica em que os partidos criam incentivos estratégicos para recrutarem mais mulheres para as listas eleitorais, conforme o argumento apresentado a prior.

### **3) Factores sócio-económicos**

Alguns estudos dos quais fizemos menção na primeira parte do presente capítulo têm contribuído para desestabilizar a correspondência mais ou menos directa entre desenvolvimento sócio-económico e maior participação política das mulheres. Com efeito, esta associação não é válida nem para os países ditos desenvolvidos (a participação feminina na política nos Estados Unidos e no Japão é menor do que nos países nórdicos), nem para os países em desenvolvimento (existem países africanos que possuem participação feminina na política mais alta do que a média europeia). A heterogeneidade entre níveis de desenvolvimento económico e humano e a participação feminina na política é muito grande, o que sugere que a causa da baixa inserção das mulheres em cargos eletivos é complexa e não tem uma explicação simples e geral.

Os países que apresentam as maiores taxas de participação feminina como é o exemplo da Suécia, Noruega e de alguns países africanos (Tabela 3) na política não são homogêneos em termos socio-económicos e nem quanto ao grau de democratização.

De acordo com o Índice de desenvolvimento humano elaborado pelo PNUD, Moçambique continua no grupo dos dez países mais pobres do mundo. O próprio Estado é incapaz de se manter sem o concurso da ajuda externa. Com efeito, grande parte do orçamento geral do Estado é ainda proveniente financiamento externo, quer sejam doações ou créditos. O próprio financiamento dos processos eleitorais que se têm espelham claramente essa extrema dependência.

Têm havido progressos significativos na legislação embora a aplicação prática destes progressos continue insuficiente. Contudo, a protecção aos direitos sociais e económicos é pouca. O governo reconhece a situação mas diz que está incapaz de efectuar mudanças porque este problema, de acordo com a entrevistada número 21 (Anexo 1), é o resultado da situação de pobreza do país e da falta de fundos públicos para a realização de acções. Ela como deputada encara a protecção dos direitos sociais e económicos das mulheres como uma batalha difícil principalmente por causa da pobreza extrema em Moçambique.

A entrevistada número 20 (Anexo 1), revelou que as mulheres têm mais probabilidades de ter concluído o nível primário e secundário, enquanto os homens têm mais probabilidades de alcançar os níveis secundários e superior. Embora as estatísticas nacionais mostram uma grande aderência de raparigas no nível primário de educação e à medida que vão crescendo vão abandonando os estudos. O abandono do ensino pelas raparigas é explicado pelas expectativas que a sociedade cria em torno das raparigas, principalmente nas zonas rurais – o casamento, a procriação, responsabilidades domésticas, etc., o que deixa as raparigas sem tempo para se dedicarem aos estudos. Embora as escolas tenham conhecido um dramático aumento de admissões e os índices de permanência nas escolas também tenham subido exponencialmente desde 1992, a participação das mulheres no sistema formal de educação, principalmente ao nível do ensino superior, continua baixa em relação aos homens, o que eleva as diferenças entre as percentagens dos homens e mulheres alfabetizados e com qualificações.

A questão da emancipação da mulher no mercado de trabalho, na educação e na esfera política através do aumento do seu poder económico tem gerado muitos debates. “Eu consigo fazer o meu trabalho porque não sou casada e se fôr a ver, boa parte das mulheres bem-sucedidas na política não tem marido, porque às vezes eles, no lugar de ajudar, só prejudicam”, disse a entrevistada 18, membro do Fórum Mulher. O entrevistado 5, deputado da Frelimo, concorda com esta posição nos seguintes termos: “ser casada é uma barreira para muitas mulheres quando os seus maridos não as apoiam, o que é muito comum na nossa sociedade onde a mulher tem sempre que seguir o que o marido diz”. Muita das vezes a mulher tem que optar entre completar o ensino superior, ter um emprego formal e ser independente antes de constituir a sua família ou constituir uma família ao mesmo tempo que tenta ganhar a sua independência.

A força de trabalho das mulheres em zonas rurais (que são a maioria) está concentrada na agricultura. As que se encontram na força de trabalho formal de uma maneira ampla têm nível de habilitações literárias inferiores a dos homens. As mulheres têm menos acesso ao emprego formal do que os homens. Há indícios, no entanto, de que a desigualdade entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho tem diminuído<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> Ministério de Planificação e Desenvolvimento, Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006–2009, Governo de Moçambique, Maputo, 2006.

#### **4) Factores institucionais – “Estado Providência”**

A palavra Estado Providência não é a mais adequada para identificar as políticas sociais institucionalizadas em Moçambique. Estado Providência em Moçambique é visto como políticas públicas de acção social, que são corporizadas por uma ideologia de inclusão social, que permite a visibilidade da mulher no espaço público, devido as transformações sociais baseadas em princípios de igualdade de direitos que foram ocorrendo na sociedade. Esta igualdade deve ser entendida mais como expressão formal do discurso político revolucionário do que como alteração real nas relações sociais de poder que percorrem as relações de género.

Um dos importantes marcos que reflectiu esta ideia de inclusão social deu-se em 1998, através da Resolução nº 12/98 Conselho de Ministros, que Aprova a Política da Acção Social, foi criado um Programa do Governo que priorizava a assistência e apoio aos grupos sociais mais vulneráveis, designadamente a família, em especial a mulher, a criança em situação difícil, a pessoa portadora de deficiência, o idoso, entre outros. A ideia básica subjacente neste documento é de que a pobreza, a exclusão social e demais problemas do âmbito da acção social, são assuntos que envolvem a todos e que a redução ou eliminação dos mesmos só podem ser possíveis com o envolvimento de toda sociedade.

Um dos seus objectivos é a Perspectiva de Género. Neste contexto, a questão da mulher é definida como uma das prioridades, devido às barreiras que a sociedade lhe coloca na contribuição ao processo de desenvolvimento social, devido às carências sociais em que se encontra.

Para a implementação desta Política, o Governo moçambicano tem como papel fundamental:

- Elaborar as políticas específicas das áreas da família, da criança e da mulher, e
- Disponibilizar e mobilizar meios para a construção ou reabilitação de infra-estruturas sociais básicas, como por exemplo, infantários, centros de apoio à velhice e outras ao dispor dos grupos sociais mais vulneráveis.

O direito a licença de maternidade (2 meses) vêm consagrada na Lei do Trabalho e na Constituição da República de 2004, mas no quotidiano esta não é bem recebida pela entidade patronal e muita das vezes esta corre o risco de perder o emprego por se encontrar ausente, i.e, o caso de mães que são acompanhantes de filhos menores



nas consultas médicas, pedidos de dispensa para consultas durante a fase de gestação, faltas por não ter com quem deixar os filhos). Muita das vezes a mulher acaba por deixar os seus filhos de apenas 3 meses em creches por não ter com quem os deixar. Este tipo de “responsabilidade” não é dividida pelo homem, quer por razões institucionais e ou culturais – devido ao papel cultural das relações de género da sociedade que claramente separa as tarefas do lar. O homem automaticamente “atira” esta responsabilidade para a mulher.

Apesar da menção constitucional da família, a paternidade é conscopicamente ausente da lista de direitos e deveres, o que sugere que o legislador baseou-se na melhor das hipóteses na questão conservadora de género, e na pior das hipóteses nas estruturas patriarcais.

Em relação a este último ponto, existe esta consciência no seio do governo e de instituições membros da sociedade civil, só que ao invés de beneficiar a sociedade no seu todo, este somente é favorável para quem reúne as condições necessárias para poder usufruir deste meios (por exemplo: acesso a educação). Logo em certos aspectos a política de acção social, como uma particularidade de carácter formal consagrado na Constituição, não se enquadra na prática e nem a certos grupos sociais.

## **5) Leis/Políticas específicas de género ao nível regional**

O último factor que achamos que seja importante e que contrinui para o recrutamento feminino são as directivas de género na SADC.

No continente africano, a questão da igualdade entre mulheres e homens tem sido o centro das atenções dos Estados membros e da sociedade. É neste contexto, que as resoluções da União Africana e principalmente da SADC para a igualdade de género, têm levado em muitos Estados à elaboração de políticas e à criação de instituições vocacionadas para avaliar e desenvolver mecanismos de salvaguarda dos direitos humanos das mulheres. Essas políticas visam eliminar ou diminuir os efeitos que um modelo cultural, fortemente andocratizado, produz na assumpção dos direitos humanos das mulheres, promovendo acções que elevem o número de mulheres a desempenhar funções de poder.

De acordo com o Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento (assinado por 11 Estados na XXVIII Cimeira da SADC, realizada em 2008), de que Moçambique é subscritor, que estabelece como um dos seus objectivos “emancipar” as

mulheres, eliminar a discriminação e alcançar a igualdade e a equidade do género através do desenvolvimento e implementação de legislação, políticas, programas e projectos”. O Protocolo afirma ainda, no número 1 do Artigo 12, que “os Estados-membros envidarão esforços, incluindo o uso de medidas de discriminação positiva, para que, até 2015, pelo menos 50% dos cargos de decisão nos sectores público e privado sejam ocupados por mulheres”. Como se poderá ver pelos dados apresentados mais adiante, Moçambique já deu passos importantes rumo à meta do Protocolo da SADC, mas muito resta por fazer, sobretudo em sectores específicos e a certos níveis de governação pública e privada.

**Após este painel de teorias e argumentos que tendem a explicar o que pode influenciar o recrutamento feminino no parlamento, levantamos as seguintes hipóteses:**

- Quanto menos rígidos forem os valores culturais, mais eficazes serão as políticas sociais para as questões de género;
- A entrada massiva das mulheres no parlamento favorecerá o recrutamento desta noutras esferas da sociedade;
- A interação entre diferentes ordens de factores influencia o quadro actual da representação política das mulheres no país;
- Vários estudos comparativos entre sociedades modernas têm comprovado que existe uma relação entre o desenvolvimento económico e o recrutamento parlamentar de mulheres. Suécia tem sido um dos exemplos apontados, na medida em que conjuga um forte desenvolvimento económico e social, com um elevado recrutamento feminino para a elite parlamentar. O desenvolvimento económico de Moçambique poderá criar condições de participação de mulheres da decisão política ou representação parlamentar;
- O poder económico tem efeito na defesa de igualdade de género com expressão na participação política.

### **CAPÍTULO III**

## **3. EVOLUÇÃO DA FEMINIZAÇÃO POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE**

Neste capítulo que ora apresentamos, iremos demarcar a realidade sociológica e cultural das mulheres moçambicanas, tendo como foco a mulher durante a Luta de Libertação Nacional – o movimento feminista e a mulher após a independência até a VI Legislatura. Visando compreender a situação da mesma: a compreensão da sociedade moçambicana, que é tão complexa, um mosaico de povos e de culturas, com tensões sociais e com obstáculos à participação política da mulher nesta fase de democratização. Para tal as entrevistas e estudos realizados por diversas instituições tiveram um papel fundamental.

Para poder entender as relações de género em Moçambique, é necessário saber qual é a situação cultural, social, económica e legal da mulher. Esta discussão pormenorizada das relações de género na área da Ciência Política requer dados sobre a construção e a dinâmica das relações de poder entre os homens e as mulheres em relação a este aspecto específico. No capítulo a seguir iremos nos dedicar a analisar e tentar explicar o que produz a alta feminização política moçambicana, de onde residem os factores diferenciais e para tal faremos um estudo de feminização através de uma análise dos diferentes períodos da sua evolução e que factores são considerados como sendo determinantes para o seu recrutamento.

### **3.1 Antecedentes históricos e construção das relações de género em Moçambique**

Os primeiros escritos sobre a situação da mulher, como mãe ou como menina que necessitava de estudar e preparar-se para a vida futura, podem ser encontrados num jornal de Lourenço Marques (hoje Maputo) chamado “O Brado Africano”, publicado de 1919 a 1974, por um grupo de “homens de côr”, que se associaram em defesa da “causa africana”<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> IGLÉSIAS, Olga. África, a Mulher Moçambicana e a NEPAD, Lisboa, Universidade Lusófona, 2005. Pg. 136

A educação das meninas e das mulheres era para este importante grupo de intervenção, uma das formas de se alcançar o “levantamento moral” da Raça Negra. Os textos publicados plenos de ideais, do que poderíamos chamar de proto-nacionalismo advogam, sobretudo para a mulher urbana, uma formação “profissional”, “técnica”, que tinha como centro o seu papel, essencialmente feminino, de mãe em casa (era a chamada educação feminina, onde a costura e a culinária, bem como preceitos de higiene eram ministrados). Deste grupo encontrámos algumas mulheres que se destacaram a partir dos finais dos anos quarenta como professoras, enfermeiras, empregadas de escritório e de comércio.

Em Moçambique, como em outras partes da África, o colonialismo europeu imposto às populações actuou como uma das causas primordiais para o desencadeamento dos movimentos de descolonização e independência. Algumas feministas africanas afirmam, o feminismo africano encontra-se intrinsecamente ligado ao passado do continente considerando os contextos pré-coloniais, de escravatura, colonização, lutas de libertação, neo colonialismo, globalização, entre outros e do papel das mulheres nos mesmos. No caso de Moçambique, a participação e processo de emancipação das mulheres e o seu protagonismo político destacou-se em três momentos: Período colonial, Luta de Libertação Nacional e Pós-independência.

Barbara Isaacman e June Stephen, referem que o facto de a mulher ter participado na guerra possibilitou mudanças nos passos que ela seguiu posteriormente<sup>84</sup>. A mulher teve um papel importante na Luta de Libertação Nacional, ascendeu a postos militares ou quadros elevados dentro da Frelimo. Este período foi importante para a situação da mulher moçambicana, pelo tratamento da problemática dos obstáculos à emancipação, pela estratégia de inclusão da mulher nos centros de decisão e pelo envolvimento da mulher na tarefa principal – a de combater pela independência de Moçambique, de igual para igual. Isabel Casimiro refere que o movimento para a emancipação da mulher e para a sua participação como cidadã na vida política iniciou no período da luta nacionalista organizada pela independência de Moçambique, pela afirmação da identidade nacional e pela construção de uma sociedade do tipo moderna<sup>85</sup>. Ainda na mesma obra, Casimiro refere que embora a mulher tenha participado na luta armada, não lhe possibilitou total igualdade em relação ao homem,

---

<sup>84</sup> ISSACMAN, Barbara e STEPHEN, June. A Mulher Moçambicana no processo de libertação, Maputo: INLD, 1984. Pg. 20-22.

<sup>85</sup> CASIMIRO, Isabel. Paz na terra, Guerra em casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique. Tese de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra, 1999. Pg. 16.

pois, a cidadania que os homens nacionalistas outorgaram às mulheres, pela sua participação na luta armada, foi uma cidadania incompleta. Existe uma difícil aceitação das mulheres como actoras sociais ao lado dos homens devido aos factores patriarcais, costumeiros fortemente enraizados. Este cenário claramente reflecte as consequências das expectativas, dos comportamentos, dos papéis definidos para as mulheres e para os homens no processo de desenvolvimento e exercício de direitos por parte dos mesmos.

### **3.1.1 Período colonial**

Durante a época colonial, a administração portuguesa introduziu a prática do trabalho assalariado obrigatório, denominado pelos africanos de *chibalo*<sup>86</sup>. Legalmente, o trabalho assalariado deveria ser um encargo masculino, por este motivo muitos homens ausentavam-se por longos períodos de suas famílias, como é o caso daqueles que foram trabalhar nas minas da África do Sul<sup>87</sup>. O trabalho migratório dos homens, discutidos também pode ser considerado um outro factor importante de como o sistema colonial transformou o papel da mulher, tornando assim a mulher chefe da família. Na ausência dos homens, as mulheres têm a responsabilidade pela produção para o agregado. Isto pode ser algo que possa fazer com que o acesso da mulher na política e na economia se torne mais difícil ou mais fácil, uma vez que esta entra no mercado de trabalho e ganha a sua autonomia ou acaba ficando presa com as tarefas domésticas afastando a sua participação no processo de tomada de decisão.

Apesar disso, as mulheres também foram recrutadas para o trabalho nas plantações particulares ou do Estado colonial, para abertura de estradas e trabalhos domésticos. Esta medida era arbitrária ao regime colonial do trabalho e tinha como justificativa, a necessidade de pagamento das dívidas de seus parentes masculinos. Este foi o motivo apresentado pela administração para o recrutamento de mão-de-obra feminina, embora, muitas vezes, a acusação de dívidas fosse um caso mais de conveniência do que de situações reais, contudo houve casos de instituição de impostos para mulheres<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette. Chibalo: trabalho livre, trabalho escravo? As discussões em torno do trabalho compulsório em Moçambique Colonial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 2001. Anais Porto: UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 2001. Pg. 81-118.

<sup>87</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette. Entre Narros & Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques 1890-1940. São Paulo, 1998. Pg. 13-30.

<sup>88</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette. Ibidem. Pg. 53-54.

Durante o período que antecedeu a luta de libertação, as mulheres criaram e participaram em movimentos contra o colonialismo. A greve de Búzi, realizada em 1947, consistiu num movimento grevista que incluiu a participação de 7.000 mulheres que se recusaram ao cultivo do algodão, queimaram as sementes e participaram em outras acções contra as concessionárias algodoeiras, obtendo a isenção deste trabalho para as grávidas e mães com crianças de até 4 anos de idade. Outra iniciativa de fundamental importância foi a actuação das mulheres camponesas na propaganda de desprestígio do governo colonial perante a população e a divulgação de notícias do movimento nacionalista, a Frelimo<sup>89</sup>. Esta experiência também foi vivenciada por grupos femininos das zonas urbanas, estudantes das cidades de Maputo e Xai-Xai que actuavam no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM) que foi responsável por suscitar em grupos de mulheres a vontade de se aliar à causa da independência. Porém, algumas delas não satisfeitas com a distribuição de panfletos chegaram ao manuseio de armas – foi o caso de Josina Machel, que se inseriu na Frelimo em 1965.

### **3.1.2 Período da Luta de Libertação Nacional**

A luta de libertação teve início em 1964 e desde 1965, um grupo de mulheres camponesas solicitou treino militar à Frelimo com o intuito de defender as populações que se encontravam sob sua responsabilidade. Esta responsabilidade resultava da ausência masculina uma vez que, particularmente no sul, a migração masculina para as minas da África do Sul era comum, referido a prior, e como consequência levava a existência de povoados constituídos, em sua maioria, por velhos, crianças e mulheres que assumiam o papel de chefes de família. Esta iniciativa demonstra que, o motivo da reivindicação feminina para combater não se fundamentou em uma formação política, mas na necessidade que sentiram estas camponesas de se unirem em torno de uma causa coletiva para o seu bem e o de suas famílias<sup>90</sup>.

A participação da mulher começou por se limitar a diversas tarefas de apoio à luta. O transporte de material, produção de comida para os combatentes da Frelimo, saúde, espionagem das tropas portuguesas e informação sobre os seus movimentos<sup>91</sup>. Contudo, somente em outubro de 1966 o Comitê Central da Frelimo passou a admitir

---

<sup>89</sup> ISAACMAN, Barbara e STEFTHAN, June. Pg. 23.

<sup>90</sup> CASIMIRO, Isabel. Feminismo e direitos humanos das mulheres. Publicado em “Outras Vozes”, nº 6, Fevereiro de 2004. Pg. 52-54.

<sup>91</sup> Documentos da II Conferência da OMM, 10 a 17 de Novembro de 1976. Pg. 33

mulheres em seu exército. A ampliação da luta armada para outras áreas e a necessidade de tornar este movimento autónomo no interior do país contribuíram para a incorporação das mulheres na luta armada. Para o alcance destes objetivos, a Frente determinou como imprescindível: a participação das mulheres não somente nas tarefas de execução, mas na direcção da luta armada em todos os escalões, inclusive nas reuniões do Comité Central. O primeiro grupo de mulheres (composto por 25 mulheres) foi treinado em Nachingwea (Tanzânia), ocasião em que se formou um Destacamento Feminino.

Dentre as várias mulheres que impulsionaram e participaram activamente neste processo destaca-se Josina Machel cuja actuação nesta organização lhe permitiu ocupar espaços superiores, como a chefia do Departamento de Relações Exteriores e Assuntos Sociais, prestando assistência, em especial, às causas das mulheres integrantes, ou não, da Frente de Libertação – quando uma de suas iniciativas foi a criação de orfanatos para os filhos das combatentes<sup>92</sup>. Em decorrência de sua postura política foi indicada para participar do IIº Congresso da Frelimo na condição de delegada, algo de importância singular, pois o evento abrigou uma das maiores crises da história da Frente, nele foram rediscutidas e definidas as diretrizes políticas do movimento e da luta de libertação nacional, inclusive o papel das mulheres na revolução. Josina Machel ofereceu, ainda, importantes contribuições através da sua participação na IIª Conferência do Departamento de Defesa, durante a qual expôs os obstáculos que se interpunham à integração cabal da mulher na revolução, apresentando algumas estratégias para a participação feminina, bem como sua emancipação<sup>93</sup>.

Assumir a condição de guerrilheiras foi uma conquista das mulheres. Muito embora a tarefa das mulheres fosse vista como de defesa, enquanto os homens dedicavam-se à empreitada do avanço da guerrilha, houve mulheres que preferiram ocupar lugar nos combates junto aos homens. Para Josina Machel apesar das guerrilheiras cumprirem um eficiente papel no campo militar, a maior contribuição delas se efectivou no campo político. Elas mobilizavam a população e, de modo especial às mulheres, visando despertar uma “compreensão política da guerra” e a adesão ao movimento. Essa actuação possibilitou ao Destacamento Feminino um

---

<sup>92</sup> ISAACMAN, Barbara e STEFTHAN, June. Pg. 23

<sup>93</sup> CASIMIRO, Isabel. Paz na terra, Guerra em casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique. Tese de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra, 1999. Pg. 19.

substancial crescimento<sup>94</sup>. Contudo, muitas mulheres que não se inseriram no Destacamento Feminino continuaram a contribuir com a Revolução através de outras formas, como por exemplo: no transporte de material, na produção de alimentos para as (os) combatentes; como informantes, professoras ou enfermeiras.

Importa referir que a decisão de incluir as mulheres no processo revolucionário não resultou de um consenso. A decisão evocou rejeições e divergências políticas no interior da Frelimo e, sobretudo, serviu de impulso à construção e afirmação de um discurso sobre a mulher por esta organização. Duvidava-se da capacidade das mulheres para a guerra e achava-se que a contribuição delas ao processo revolucionário deveria restringir-se ao trabalho nas machambas (plantações) e demais tarefas de apoio assim como acreditava-se que a participação das mulheres era contrária a tradição. Esta mudança não foi bem vista por todos, sobretudo pelos homens, pois não lhes agradava serem postos em pé de igualdade que a mulher. Com vista a ultrapassar alguns dos contrangimentos, as mulheres iniciaram uma campanha, explicando por que razão elas também deveriam combater, que a guerra desencadeada pela Frelimo era uma luta popular, na qual todo o povo devia participar.

De acordo com a entrevistada número 22 (Anexo 1), uma das fundadoras do Destacamento Feminino, “Foi uma guerra muito difícil. Alguns homens nunca aceitaram a nossa presença e participação na luta. Algumas mulheres diziam que nós, as meninas que decidimos lutar pela libertação da pátria, éramos aventureiras e de conduta duvidosa. Mulheres de má vida. Porém, nós sabemos qual o rumo que pretendíamos e quais eram os nossos objectivos”.

A resistência a participação das mulheres na luta de libertação como agentes de mudança também se verifica num dos discursos proferidos por Samora Machel na abertura da primeira Conferência das Mulheres Moçambicanas em 1973. O objectivo da Conferência era de discutir a condição social das mulheres moçambicanas e pensar estratégias para a sua emancipação. Nessa Conferência participaram mulheres de diferentes Províncias, profissões, condições sociais, idades e etnias.

*“A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução uma garantia de sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção de uma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com*

---

<sup>94</sup> Publicado no Voz da Revolução. Janeiro, Maputo. 1970. Pg. 1-13.



*a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher. Não se pode liquidar só uma parte da opressão (...) Como fazer então a Revolução sem mobilizar a mulher? Se mais da metade do povo explorado e oprimido é constituído por mulheres, como deixá-las à margem da luta? A Revolução para ser feita necessita mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência, as mulheres também”<sup>95</sup>.*

Em seu discurso, Machel revelou alguns aspectos do debate que vinha ocorrendo sobre a mulher na Frelimo. Iniciou sua fala com dois questionamentos: “Por que preocuparmos-nos com a emancipação da mulher? Qual a razão de convocarmos agora esta Conferência?”. Foi nesta ocasião que Machel apresentou algumas divergências de opiniões entre os membros da Frelimo. Segundo Machel, para uns, a prioridade naquele momento deveria ser a destruição das estruturas do colonialismo, sendo a emancipação das mulheres uma tarefa secundária e algo que deveria ser tratado após a independência e quando o país pudesse contar com uma base económica, social e educacional sólida; outros pensavam que investir na emancipação das mulheres exigia um sistema educacional estruturado, pois isso implicava não somente em alfabetizá-las, mas conscientizá-las das novas concepções relativas à identidade da mulher revolucionária, uma vez que a maioria ainda se encontrava muito “apegada à tradição”<sup>96</sup>. Outros ainda, acreditavam ser necessário respeitar as práticas culturais locais, pois seu combate poderia ocasionar a perda de apoio das populações ao movimento de libertação nacional.

Contudo, conforme a entrevistada número 20 (Anexo 1), membro da OMM, independentemente das divergências de opiniões, Machel comunicou a resolução desse debate em que a Frelimo definiu a libertação da mulher como um compromisso inadiável. De uma forma geral, o princípio da emancipação da mulher esteve presente nos discursos dos governos socialistas em todo o mundo, mas, ao invés de adiar o compromisso da emancipação para uma fase posterior da revolução, a Frente considerou que ele deveria ser simultâneo ao da libertação nacional e estruturação do socialismo e, além disso, afirmou o envolvimento das mulheres como uma necessidade vital do processo revolucionário. Para tal, tornava-se crucial o envolvimento das mulheres na estruturação da revolução e mesmo antes da independência a Frelimo convocou uma Conferência das Mulheres para discutir estratégias de emancipação

---

<sup>95</sup> Publicado no Voz da Revolução. Março, Maputo. 1970. Pg. 18-28.

<sup>96</sup> ALAMBERT, 1986. Pg. 1-128.

feminina e, nessa mesma ocasião, fundou a Organização das Mulheres Moçambinas, a OMM, em 1973.

A OMM foi definida como uma organização de base da Frelimo e devia seguir suas diretrizes políticas. Sua função principal era trabalhar pela emancipação feminina o que consistia em envolver as mulheres nas tarefas da Revolução e fazer com que elas conhecessem a linha política do futuro partido e governo. Outra função considerada primordial foi o internacionalismo, isto é, a sua articulação com outras organizações de mulheres no mundo. Portanto, não se tratava de uma organização autónoma. Pois apesar da Frelimo ter nomeado o Destacamento Feminino como um núcleo da OMM, as mulheres que passaram pela experiência da luta armada não assumiram o controle dessa organização<sup>97</sup>.

Líderes da OMM reconheceram em sua IIª Conferência que a incapacidade da direção integrar os quadros do Destacamento Feminino na organização ocasionou sua inoperância<sup>98</sup>. Na opinião de Casimiro a criação da OMM foi uma forma da Frelimo exercer controlo sobre o espírito de liderança das mulheres.

### **3.1.3 Período Pós-independência**

Moçambique tornou-se independente em 1975 e passou à condição de República Popular, sendo esta conquista motivo de muitas comemorações entre a Frelimo e a população, de modo geral. A emancipação das mulheres destacou-se como uma das prioridades entre as políticas sociais do governo pós-independência, o que reflectiu a continuidade de uma de suas diretrizes políticas no período anterior mas também da actuação que as mulheres tiveram durante o período da luta de libertação nacional, daí que não se tratou de uma política de concessão do novo governo. O surgimento da OMM, em 1973, significou a viabilidade de uma representação ideologicamente objetiva dos direitos das mulheres moçambicanas. O conceito “mulher,” com sua incontornável determinação de contextos sociais e políticos específicos, progressivamente levou ao surgimento de um conflito entre representações ideológicas do feminino e a realidade quotidiana das mulheres em Moçambique. A concepção político-ideológica de género, desenvolvida pelo programa de Reconstrução Nacional da Frelimo, imediatamente após a independência do país, em 1975, não contribuiu, na

---

<sup>97</sup> CASIMIRO, Isabel. Feminismo e direitos humanos das mulheres. Publicado em “Outras Vozes”, nº 6, Fevereiro de 2004. Pg. 175.

<sup>98</sup> Documentos da Conferência da Organização da Mulher Moçambicana realizada em Maputo em 1976 e 1977. Pg. 1 e 11.

realidade, para erradicar o posicionamento submisso da mulher na sociedade moçambicana.

Dos três momentos acima apresentados, resultam claramente alguns aspectos cruciais que devem ser salientados, nomeadamente: a iniciativa de romper com as desigualdades, e com todas as formas de injustiça social entre homens, e entre homens e mulheres. Aceitar a participação das mulheres na luta armada foi um passo significativo para o reconhecimento das mulheres como agentes de mudança. Que foi acompanhado de muita resistência, porque nem todos os homens concordaram com a incorporação das mulheres na luta armada. Para os homens a injustiça existia do homem para homem<sup>99</sup>, mas um homem não era injusto para com sua mulher, porque era natural o papel das mulheres, elas deviam cozinhar para os guerrilheiros. E esta resistência persiste até os nossos dias, porque os homens ainda não se libertaram deste preconceito.

Há uma necessidade de educação, consciencialização e questionamento das questões patriarcais não só por parte das mulheres mais igualmente dos homens. E de fortalecimento dos movimentos de mulheres para intervir a todos os níveis e espaços, através da articulação com redes a regionais e internacionais para desenvolver estratégias que permitam uma conexão entre a política e a prática.

Lembrar ainda, que este período pós-independência foi marcado por uma guerra civil que durou 16 anos, e terminou com assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992 em Roma. Foi seguida pela realização das primeiras eleições em 1994. Há pouca informação escrita sobre a participação das mulheres nesta guerra, ficamos sem saber ao certo, se existiram mulheres com uma função de direcção nesta guerra civil ou combatentes e qual era o número.

---

<sup>99</sup> Especificamente naquela época, era de homem branco para o homem negro. Mas vale, lembrar que os discursos do presidente Samora Machel, mostravam que a luta não era de negros contra brancos, mas uma luta contra um sistema que cria e mantém uma condição de opressão e de inferioridade dos negros em relação aos brancos, e entre negros, porque o mesmo divide os cidadãos em classes, sendo os negros assimilados considerados mais importantes que os outros não assimilados. É por isso que o mesmo reforçava nos seus discursos, que a luta pela independência não era uma troca de colonizador branco por um colonizador negro, era uma luta de libertação das mentes para a construção de um Moçambique justo para todos.

### **3.2 Surgimento das Organizações Feministas**

Ora, foi somente nos finais dos anos 80, e sobretudo a partir dos anos 90, que Moçambique conheceu uma explosão de associações voluntárias não-governamentais, o que resultou da aprovação da segunda Constituição (1990), que consagrou o direito à associação (artigo 76), e da aprovação da Lei 8/91 sobre a liberdade de associação.

As organizações de mulheres de tipo voluntário, fora das redes domésticas ou familiares (ainda que persistam relações entre umas e outras), são das primeiras a surgir, a partir de finais da década de 80: AMODEFA (Associação Moçambicana para a Defesa da Família), 1989; ACTIVA (Associação das Mulheres Empresárias e Executivas), 1990; AMRU (Associação da Mulher Rural), 1991; ADOCA (Associação das Donas de Casa), 1992; MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento), 1991; e Fórum Mulher – Coordenação para Mulher no Desenvolvimento, 1993.

As organizações surgiram com vista a responder a questões ou problemas vivenciados por determinados grupos de mulheres. Destaca-se a MULEIDE como a primeira organização de direitos humanos das mulheres criada em Moçambique. Foi com o Projecto Women and Law in Southern Africa (WLSA) e outros projectos de pesquisa em Moçambique que se desencadearam, na década de 90, uma série de actividades de investigação participativa, que propiciaram debates sobre os direitos humanos das mulheres, sobre as dinâmicas sociais e as relações de género, sobre os movimentos feministas e de mulheres e também sobre a produção de conhecimento nacional. Este processo acabou igualmente por originar o surgimento de outras associações de mulheres como o Fórum Mulher, a Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, a Associação Moçambicana Mulher e Educação, entre muitas outras. Importa referir que grande parte delas hoje é parte integrante da rede de organizações Fórum Mulher que tem estado a liderar o movimento feminista em moçambique.

Em 2007 foi criado o Movimento pela Aprovação da Proposta de Lei Contra a Violência Doméstica, que apelava, entre outros aspectos que a proposta de Lei Contra a Violência Doméstica fosse aprovada; que a violência doméstica, em particular a violência contra a Mulher, fizesse parte da agenda dos governantes, legisladores e aplicadores da lei em Moçambique. Ou seja, instou-se o governo a instituir mecanismos eficazes de prestar contas sobre a igualdade de género e de cumprir, entre outras, as recomendações da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), no sentido de adoptar medidas para combater a discriminação da mulher a todos níveis da sociedade e modificar leis ou

práticas culturais e sociais que constituam obstáculos a esta igualdade (artigo 2º. da CEDAW).

Ao centrarem as suas mensagens nos direitos humanos, as organizações consolidaram a ideia de que a solução do problema não reside somente nas mulheres. A responsabilidade é muito mais alta e complexa, envolvendo a actuação do próprio estado no sentido da salvaguarda dos direitos humanos das mulheres.

Foi somente em 2009 que a Lei Contra a Violência Doméstica foi aprovada. Neste sentido, trata-se por um lado a necessidade de responder às necessidades estratégicas de género, mas igualmente de se reprovar socialmente a desigualdade de género e de denunciar a ordem patriarcal vigente.

### **3.3 Progressos**

O desempenho dos movimentos feministas e das agências internacionais das Nações Unidas, contribuiu para trazer as questões de cidadania, e de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, exercício dos direitos à educação, à saúde, à terra, ao trabalho, ao controlo do seu próprio corpo e da sua sexualidade, entre outros, para um debate internacional. Como resultado passou-se para um estágio em que a subalternização das mulheres não é mais socialmente aceitável e tornou-se explícito o compromisso do Estado para a eliminação da discriminação e desigualdade de género, o que por sua vez imprimiu um grande ímpeto às reformas legais destinadas a garantir a igualdade de direitos e criação de mecanismos de implementação.

#### **3.3.1 Progressos nas políticas e legislação nacionais e internacionais**

Desde 1975 que a Constituição de Moçambique garante a não discriminação entre homens e mulheres. A Constituição de 1990 (artigo 6/67) e de 2004 (artigo 35/6) são ainda mais explícitas e estabelecem claramente uma igualdade de género em todas as áreas da sociedade e proíbem qualquer discriminação legislativa, política, económica e social. Moçambique é signatário das Convenções Internacionais e Regionais, nomeadamente:

##### **i. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**

Recomenda a inclusão nas Cartas Constitucionais, nos instrumentos legais e nas políticas públicas de princípios e acções que assegurem a igualdade de género. No que se refere ao acesso das mulheres ao poder político, o Protocolo da Carta Africana

encoraja o cometimento dos estados membros com a participação das mulheres nos processos de decisão, de modo a promover a igualdade e a equidade de género. Os países da África Austral organizados na SADC aprovaram a Declaração de Género que recomenda o cumprimento da meta de 30% para a ocupação pelas mulheres de funções de direcção nos órgãos políticos.

## **ii. A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres**

Esta consagra, entre outros aspectos, a adopção de medidas apropriadas para garantir o pleno desenvolvimento e o progresso das mulheres nas esferas política, social, económica e cultural, com o objectivo de lhes garantir o exercício e o gozo dos seus direitos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com os homens. A adopção de medidas especiais é justificada pelo Comité do CEDAW como sendo necessária e aconselhável, porque as mulheres sofreram e continuaram a sofrer várias formas de discriminação pelo facto de serem mulheres.

## **iii. A Plataforma de Beijing para a Acção (BDPFA)**

A BDPFA recomenda que os Governos reconheçam a importância de integrar a perspectiva de género em todas as estruturas, fóruns e plataformas de desenvolvimento<sup>100</sup> (áreas políticas, económicas e sociais), por se considerar fundamental para a igualdade entre homens e mulheres. Em resposta às estratégias da BDPFA, que visam providenciar a eliminação de barreiras culturais, através da identificação das seguintes áreas críticas como sendo os principais obstáculos para a igualdade e género, os países da SADC definiram seis áreas de acção<sup>101</sup>:

- Reforço dos mecanismos de promoção de avanço da mulher;
- Abordagem das iniquidades na partilha do poder e na tomada de decisão;
- Desigualdade no acesso aos recursos económicos;
- Protecção dos direitos humanos das mulheres e da jovem;
- A mulher no contexto de conflitos armados e de edificação da paz, e
- Capacitação, formação, estabelecimento de redes e disseminação de informação sobre género.

---

<sup>100</sup> Vozes das Mulheres da África Austral: Beijing Após anos. In: <http://datadases.sardc.net/book/por-voices>, acedido no dia 07.11.2013.

<sup>101</sup> Monitor de género da SADC, edições 1, Fevereiro de 1999. In <http://datadases.sardc.net/book/por-voices>, acedido no dia 07.11.2013.

### ➤ **Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação**

Relativamente à defesa dos direitos humanos das mulheres, a Carta Africana procura promover o equilíbrio entre homens e mulheres, bem como a igualdade no processo de governação e de desenvolvimento. A presença da mulher é vista como vital na promoção da democracia. Os Estados comprometem-se a criar condições necessárias para assegurar a participação plena e integral das mulheres nos processos e nas estruturas de tomada de decisão a todos os níveis, enquanto elementos essenciais da promoção e da prática de uma cultura democrática, sendo ainda necessário tomar medidas susceptíveis de encorajar a plena participação das mulheres nos processos eleitorais e o equilíbrio entre homens e mulheres na representação a todos os níveis.

As barreiras culturais ligadas aos papéis patriarcais que discriminam as mulheres na esfera doméstica são apontadas aqui como principais obstáculos contra a equidade de género no espaço político, tanto ao nível dos partidos políticos como a nível do Parlamento e executivo<sup>102</sup>. Isto quer dizer que, embora as medidas especiais só garantem a visibilidade feminina no campo político, estas não permitem, por si só, a efectiva e activa participação das mulheres. A estrutura patriarcal, por um lado, dificulta a presença de mulheres e, por outro lado, uma vez presentes no campo político, a sua acção é condicionada pela ideologia partidária que incorpora o modelo político patriarcal. Neste contexto, a visibilidade feminina neste campo político dos países da SADC não corresponde ao fim dos estereótipos de poder.

Juntando as informações obtidas nas entrevistas aos membros da AR (Anexo 1) face as políticas nacionais que tem vindo a ser criadas, foi-nos dito o seguinte: Moçambique está actualmente num processo de reformas legais que incluem, dentre várias, as seguintes: Revisão do Código Civil (Família e das Sucessões); Revisão do Código Penal (questões sobre a violência sexual, aborto, prostituição).

Este processo foi fortemente impulsionado pelo movimento de mulheres que resultou nas seguintes leis: Lei Contra a Violência Doméstica, Lei da Família, Lei Contra o Tráfico de pessoas, Lei de Terra e de Trabalho que apresentam uma abordagem de igualdade e avançam medidas e protecções específicas para as mulheres.

---

<sup>102</sup> AHIKIRE, Josephine. Participation of Women in Politics and Gender Policies: African Experiences and Lessons Learnt: The Case of Uganda. International Conference. Accra, 2004. União Inter-parlamentar. Equidade de Género: Uma pesquisa sobre Mulheres e Homens no Parlamento. 2008.

A título de exemplo, a Lei da Família faz uma ruptura clara com o passado cuja visão meramente patriarcal cimentada na desigualdade. A nova lei estabelece uma total igualdade e género perante a lei, casamento (obrigação de registar o casamento tradicional ou religioso perante as autoridades civis para ter validade legal. Isto ajuda a mulher a ter acesso à justiça), divórcio, a guarda das crianças bem como na divisão de bens no casamento (igualdade de género na propriedade dos bens, entre outras – esta medida é crucial visto que aplica-se na propriedade da terra e deste modo tem um impacto directo no acesso à propriedade da terra por parte da mulher rural). Expressamente, exclui toda a discriminação contra a mulher, seja na área da poligamia, herança, idade para casar, opção das crianças, estatuto da viúva, etc. Requer que os maridos paguem uma pensão aos filhos no caso de divórcio. Os maridos já não são automaticamente considerados chefes de família com a autoridade paternal substituída pela autoridade parental.

O país avançou igualmente na integração da abordagem de género e definição de estratégias para sua implementação no Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM), a Política de Género e Estratégia de Implementação (PGEI) e Políticas de Género sectoriais que tem por função analisar, definir prioridades e estratégias de género específicas do referido sector, nomeadamente no Ministério da Saúde, Educação, Agricultura, Função Pública, entre outros.

Ambos a PGEI e o PNAM focalizam as mesmas áreas críticas. Estas incluem a criação de mecanismos institucionais para assegurar a integração do género nos planos sectoriais, o empoderamento económico, a segurança alimentar, a educação, a redução da mortalidade materna, a eliminação da violência contra as mulheres, a participação das mulheres na vida pública e nos processos de tomada de decisão, e a protecção dos direitos das raparigas.

### **3.3.2 Progressos institucionais**

Grande parte dos dados disponibilizados neste ponto, foram apresentados pelo entrevistado número 7, deputado (Anexo 1) e assessor no Ministério da Mulher e da Acção Social. As políticas são criadas por instituições que devem assegurar a sua implementação. Em Moçambique a instituição do Governo que tem actualmente o mandato de promover a igualdade de género é o Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS), em particular Direcção Nacional da Mulher (DNM). A DNM é responsável pela definição e promoção de diversos programas concebidos para prestar



apoio material bem como para empoderar as mulheres. Embora a DNM implemente algumas actividades, a sua função primária é manter ligações com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e outros parceiros activos neste campo e coordenar intervenções sensíveis ao género.

Existe igualmente o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher (CNAM) que foi criado pelo Conselho de Ministros e os seus membros incluem vários Ministros e Vice-Ministros, duas OSCs que trabalham em prol da igualdade de género, um representante de organizações religiosas, um representante dos sindicatos e um representante do sector privado. Embora o CNAM seja presidido pela Ministra da Mulher e da Acção Social, o CNAM não é parte do MMAS/DNM ou subordinado ao MMAS. Funciona antes como um mecanismo institucional e órgão de consulta autónomo que permite ao MMAS/DNM coordenar as questões de género com várias partes interessadas na vida pública.

A função principal do CNAM é promover e monitorar a implementação das políticas de género do Governo em todos os programas e planos do Governo, com particular referência ao PNAM a PGEI.

Em alguns ministérios como o da Educação, da Saúde, Agricultura, Interior entre outros, foram criadas as Unidades de Género (UG) que são compostas por funcionários de vários sectores como a planificação, recursos humanos e que são responsáveis por assegurar que as questões de género estejam representadas nas respectivas áreas.

O trabalho das ONG, doadores e do Governo resultou numa massificação da relevância dos direitos humanos, particularmente dos direitos das mulheres. O trabalho que tem vindo a ser realizado a todos os níveis pelos diferentes actores no sentido de dar uma resposta à desigualdade de género, particularmente do movimento de mulheres tem o seu impacto naquilo que é a consciência de direitos por parte das mulheres e homens, legislação e mecanismos existentes para que se possam ver os seus direitos garantidos, protegidos e os possam exercer.

### **3.4 As mulheres e as posições de lideranças**

No início da década de 2000, as Nações Unidas desenvolveu uma filosofia de actuação assente na definição de uma estratégia de desenvolvimento comum nos Estados membros. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), definidos anteriormente em Pequim em 2000, constituem a plataforma consensualmente adoptada, estabelecem um conjunto de metas e acções que visam, até 2015, reduzir as assimetrias entre os povos. No que se refere às metas traçadas para diminuir a desigualdade de género, os ODM definem como meta a “promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher” e como indicadores a eliminação, até 2015, das desigualdades de género nos ensinos primário e secundário e em todos os níveis de ensino até 2015, aumento das taxas de escolarização e o aumento da proporção de mulheres no trabalho assalariado e nos parlamentos nacionais<sup>103</sup>, junto com o Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento de 2008, que Moçambique ratificou, afirma no seu Artigo 12 número 1, que “os Estados-membros envidarão esforços, incluindo o uso de medidas de discriminação positiva, para que, até 2015, pelo menos 50% dos cargos de decisão nos sectores público e privado sejam ocupados por mulheres”.

No seguimento da iniciativa das Nações Unidas em prol do desenvolvimento, o governo de Moçambique procurou adequar os ODM à realidade do país, tendo para isso definido desafios, metas e prioridades. A concepção sobre a igualdade de género inscrita nos ODM reduz a situação de discriminação das mulheres ao acesso a recursos, nomeadamente, educação, emprego e representação parlamentar e revela também o predomínio, nas Nações Unidas, de uma visão que, não questionando a desigualdade estrutural associada aos modelos sociais, restringe, na realidade, os direitos humanos das mulheres e minimiza os consensos e as agendas adoptadas, durante a década de 90.

Por uma iniciativa do EISA em colaboração com o Gender Links (GL), duas organizações não-governamentais africanas, foi feito um estudo de base sobre “Mulheres em posições de tomada de decisão nos sectores público e privado em Moçambique”, este estudo inclui dados sobre a Assembleia da República, o Executivo e a Função Pública, os três principais Partidos Políticos, o Ensino Superior e as Empresas Públicas e Privadas. Neste capítulo, achamos que seria uma mais-valia para o trabalho fazer uma breve análise destas outras representações sociais, para que esta sirva de

---

<sup>103</sup> Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Nações Unidas. Objectivo 3, 2002.

comparação de como tem sido feito o recrutamento feminino, onde há mais feminização.

**Tabela 5: Sectores e posições seleccionados**

Sector	Categoria
<b>Assembleia da República</b>	Deputados Presidente Membros da Comissão Permanente Chefes das Bancadas Presidentes das Comissões Secretário-Geral da AR
<b>Partidos Políticos</b>	Presidentes Secretários Gerais Membros da Comissão Política
<b>Executivo e Administração Pública</b>	Presidente da República Primeiro-Ministro Ministros Vice-Ministros Secretários Permanentes Banco de Moçambique
<b>Sector Privado</b>	Presidentes do Conselho de Administração (PCAs) Membros do Conselho de Administração Directores Gerais
<b>Academia</b>	Reitores Vice-Reitores Directores de Faculdade

**Fonte:** Resumo da própria autora

As principais constatações deste estudo (Anexo 2) foram as seguintes<sup>104</sup>:

- **As mulheres estão sub-respresentadas em todos os sectores analisados:** Em todos os sectores examinados, as mulheres estão em números inferiores aos homens nas posições de liderança ou de tomada de decisão (Gráfico 1).

<sup>104</sup> BRITO, Miguel de, NAMBURETE, Eduardo. A Mulher e as Posições de Liderança em Moçambique 2012. Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA). Maputo, 2013. Pg. 4-5.

- **Existem variações significativas entre os sectores analisados:** A Assembleia da República, como órgão de decisão, é o sector que acomoda a maior percentagem de mulheres, com 39,2% (Gráfico 2), seguida dos três principais partidos políticos – considerados globalmente – (Frelimo, Renamo e MDM), com 30,1%. O Partido Frelimo é o que maior equilíbrio de género apresenta na composição da sua Bancada Parlamentar, onde as mulheres representam 43,5% dos deputados. Seguem-se a Bancada da Renamo, onde as mulheres representam 27,5% dos deputados, e, por fim, a do MDM, o menor grupo parlamentar, que apresenta 12,5% de número percentual de mulheres na sua Bancada (Gráfico 4). Com a introdução das quotas<sup>105</sup> para as mulheres nos órgãos de tomada de decisão a todos os níveis em 40% e, na actual composição da Bancada Parlamentar da Frelimo, as mulheres constituem 43,5% dos deputados, um pouco acima desse compromisso. O Partido Renamo estabeleceu a quota de 30% para a participação das mulheres nas estruturas decisórias do partido.
- **Existem disparidades dentro dos sectores analisados:** Na Assembleia da República, por exemplo, apesar de representarem uma percentagem significativa dos deputados, as mulheres ocupam um espaço ainda pequeno na generalidade das posições de chefia naquela instituição, com apenas 39,2%; no entanto, representam 66,7% na categoria de Chefes das Bancadas (Gráfico 3).
- **As mulheres são escassas nas decisões empresariais e académicas:** Os sectores privados e do ensino superior são os que menos mulheres têm nas suas estruturas de tomada de decisão, com uma representação de apenas 17,8% e 17,5%, respectivamente (Gráfico 7 e 8).
- **A liderança política continua um domínio masculino:** A liderança máxima dos três principais partidos políticos é ocupada por homens. Nenhuma mulher ocupa o cargo de Presidente ou de Secretário-Geral em nenhum dos três partidos e as mulheres ocupam apenas 25,6% dos seus órgãos de direcção (Gráfico 5).

---

<sup>105</sup> A quota partidária, combinada com o Sistema de Representação Proporcional é o tipo de combinação que um Partido político aloca nos seus documentos de política e na sua prática, sem qualquer obrigação legislativa de o fazer. Este sistema funciona da seguinte maneira: Há uma lista só de mulheres que deve atingir os 30%, mas não significa que a mulher não pode concorrer nas outras listas, ela pode concorrer mas os 40% têm que estar garantidos.

### 3.5 Desafios

Ora, muito embora se tenham feito muitos avanços nas questões de igualdade de género a nível da legislação e dos instrumentos reguladores, verifica-se uma elevada desconexão entre a legislação e a realidade.

Esta desconexão resulta dentre várias, do facto de as organizações das mulheres não terem uma abrangência total do país o que resulta da sua própria estrutura, capacidade e de recursos. O mesmo sendo aplicável ao governo. Resulta igualmente da falta de capacidade técnica para o desenvolvimento e aplicação de estratégias adequadas para que se possam ultrapassar os obstáculos na implementação das leis e políticas. Existe ainda a necessidade de maior investimento na capacidade técnica do pessoal para que possa cabalmente responder as necessidades rumo a igualdade de género.

O orçamento alocado ao MMAS é o mais baixo, o que reflecte igualmente a falta de conexão entre o compromisso político e a prática. No caso de não existir orçamento suficiente para outras actividades, as de género são as primeiras a serem comprometidas.

Com relação a aplicação da legislação, vários exemplos podem ser apresentados, nas diferentes áreas. A lei da Família proíbe os casamentos prematuros e forçados ao definir os 18 anos como a idade mínima para o casamento e o consentimento como fundamental, no entanto a prática de uniões prematuras e forçadas persiste tanto nas áreas urbanas assim como rurais. Como consequência, as raparigas são muitas vezes retiradas da escola para se casarem (em 2004, 21% das raparigas casaram aos quinze anos de idade) e uma vez casadas, os maridos habitualmente as proíbem de retornarem à escola. Por outro lado, espera-se que as raparigas casadas tenham filhos, o que contribui para o elevado número de gravidezes<sup>106</sup>.

Aliada a esta situação são a falta de infraestrutura nas zonas rurais, e a falta de integração dos serviços sociais básicos, tais como escolas e unidades sanitárias, bem como a respectiva articulação. As raparigas são as primeiras excluídas nas escolhas das famílias quando se trata de estudar, continuam tendo menos tempo para estudar, porque tem que cuidar das tarefas domésticas. Outro problema que afecta a formação das raparigas, e manutenção das mesmas nas escolas, é o abuso sexual. Em muitas comunidades, o abuso sexual é tratado como um problema de família e não como um crime.

---

<sup>106</sup> Instituto Nacional de Estatística (INE); Instituto Nacional de Saúde. Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais, e informação sobre Hiv e Sida. Maputo, 2009. Pg. 9.

O mesmo se verifica com a proibição da poligamia ao se estipular formalmente que o casamento é monogâmico. A poligamia tem como consequências a ausência de registo dos casamentos e condiciona o acesso e exercício de direito por parte de mulheres, particularmente no que se refere a propriedade de bens e herança. Ainda com relação a questão da propriedade de bens, muito embora a lei estabeleça a igualdade, na prática, o marido é normalmente o dono dos bens da casa. Esta situação não só preocupa as viúvas mas especialmente as camponesas para quem a terra é um instrumento para a sua sobrevivência. Esta preocupação resulta do grande peso da tradição, o que eleva ainda mais a resistência para com a legislação.

A lei de sucessões encontra-se em processo de revisão, porque a mesma coloca a mulher em situação de desigualdade, que está associada a forma tradicional de resolução de conflitos em contexto de morte. As mulheres nestes momentos, são retiradas todos os bens, porque os mesmos pertencem a família do marido e não a mulher.

### **3.6 Reflexão**

A inclusão do género nos estudos sobre democracia e governação é rara e recente, pese embora o número de mulheres que exercem o poder. A implantação do sistema democrático, rompendo com o unanimismo ideológico, permite, quando se refere à situação das mulheres, trazer para o debate público diferenciadas abordagens sobre os direitos das mulheres. A análise do sistema democrático deve actualizar-se tendo em conta a “entrada” de novos actores nos espaços de poder, e os efeitos que essa ocupação pode ter para a acção política e nas representações que sobre ela se constroem.

Após a independência nacional em 1975, a presença das mulheres no espaço público é tomada no discurso político como um dos pilares da construção do novo país. Desenvolve-se, a partir desse período, uma estratégia de promoção do acesso das mulheres a recursos que permitem a satisfação das suas necessidades práticas, sem que, contudo, seja posto em causa o modelo cultural que configura e hierarquiza os papéis sociais em função do sexo<sup>107</sup>. Assiste-se a uma convivência ambígua entre a igualdade formal contida na narrativa política e uma estrutura de diferenciação que continua a regular as relações sociais de género.

---

<sup>107</sup> OSÓRIO, Conceição. Género e democracia. As eleições de 2009 em Moçambique. WLSA Moçambique, Maputo, 2010. Pg. 18.

Esta situação é claramente expressa no facto de, ao mesmo tempo que a organização do Estado se apresenta como neutral (no que diz respeito ao sexo), a família continua a orientar-se por uma hierarquia fundada na desigualdade entre mulheres e homens<sup>108</sup>.

De acordo com os estudos realizados pelo Global Gender Gap Report em 2010, Moçambique ocupava a 22ª posição no índice que diz respeito à paridade de género, esta avaliação foi feita num total de 134 países do mundo<sup>109</sup>.

Actualmente, Moçambique na sua IV Legislatura tem 98 deputadas, que corresponde a uma percentagem de 39,20%. Em termos quantitativos, este nível de participação feminina é alta relativamente a países com democracias consolidadas a mais tempo e com políticas públicas que protegem e favorecem a condição feminina. Acreditamos que um dos motivos que determina o recrutamento feminino para elite parlamentar reside no facto de que Moçambique é signatário de vários instrumentos a níveis regionais que tem como objectivo criar condições de igualdade de género na política e na economia e neles são estabelecidos metas e prazos. Este aspecto pode vir a criar um clima de competitividade entre os países convencionados, que por sua vez acaba por gerar políticas inclusivas e mais sensíveis a questão de género.

Sendo o governo moçambicano um que pauta pela inclusão social através da sua forte aderência as convenções regionais e internacionais que pautam pela eliminação de discriminação de género e emancipação da mulher, é mais provável que este tenha um alto número de deputadas.

Moçambique depende de ajuda externa, grande parte dos financiamentos que recebe vêm acompanhados de condicionalismos a níveis internos do próprio país. Muitas vezes tais condicionalismos visam ajudar o país a colmatar os problemas “domésticos” que prejudicam o desenvolvimento do país, por exemplo grande parte das doações estão direccionadas para as instituições agrícolas, unidades sanitárias e para as ONGs que tem como objectivo a redução das disparidades femininas. O estado por sua vez deve prestar contas sobre como o financiamento foi aplicado.

---

<sup>108</sup> A igualdade de género expressa nas políticas do Estado coabita com uma perspectiva de direitos fundada na cultura. Esta ambiguidade, tão cara ao relativismo cultural, tem como resultado que, ao mesmo tempo que se promove o acesso das raparigas à educação, se ignora os mecanismos que estruturam as relações de dominação patriarcal.

<sup>109</sup> **The Global Gender Gap Report 2011.** In, [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2011.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2011.pdf)

Os partidos passaram a criar certos mecanismos, quer no seio partidário e ou no sistema político, políticas públicas e instituições focadas para a igualdade de género, a nível nacional para adequar e promover as questões de género nas esferas sociais. Moçambique dentro dos vários mecanismos utilizados para a promoção de igualdade de género, criou políticas de quotas para alavancar a participação feminina<sup>110</sup>. O processo de implementação da política de quotas é muito recente, mas as quotas têm-se mostrado como sendo eficazes para a feminização política. Por esta razão, elas vêm sendo tratadas como um tema central das discussões de género e política.

Neste caso em concreto, podemos criar um debate importante no actual sobre as razões para funcionamento das quotas que seria em torno da relação entre aumento de candidaturas e aumento de eleitas. A existência de uma maior “oferta” (candidaturas) no mercado eleitoral pode ampliar as possibilidades de eleição de mulheres. Isto tende a ocorrer porque existem maiores opções de escolha e, com isto, as candidatas se tornam mais visíveis. Sem dúvida, há uma diferença entre o eleitor ter a oportunidade de escolher entre 2 ou entre 10 mulheres.

Existem alguns equívocos a respeito das quotas, por exemplo, a de que 40% de participação das mulheres não resolvem a desigualdade: a luta deve ser por 50%. Embora o movimento lute pela paridade, um percentual de 30% representa um ganho político se considerarmos a estrutura da sociedade e a relações patriarcais que perpassam toda a estrutura da mesma. Um outro grande equívoco é o de que a Lei de Quotas não garante que a mulher tenha real acesso ao poder. As quotas não irão mudar as relações de poder ao curto prazo, uma vez que ela representa um elemento que modifica a composição dos órgãos directivos, traz novas idéias para o debate e propicia uma nova forma de aprendizagem do exercício do poder. Além disso, as quotas aguçam a participação feminina e tende a criar condições mais favoráveis a ampliação do número de mulheres em cargos de direcção, partidos, assembléias, etc., que por sua vez irão tornar mais visível no seu quotidiano e os obstáculos à sua integração à vida política.

---

<sup>110</sup> IDEA, Global Database of Quotas for Women, 2009. Disponível em: <http://www.quotaproject.org/>



Não é possível afastarmos o número de mulheres no parlamento da condição que esta dentro da sociedade. Pressume-se que quanto mais mulheres existirem no parlamento menos desigualdade de género se existirá, e que se verifica um equilíbrio nas relações entre homem e mulher. Parte-se do princípio de que a mulher deputada por ser mulher antes de mais nada, entende melhor a situação de desigualdade de género. Portanto deverá promover a condição da mulher desfavorecida. O facto de Moçambique ter um alto nível de feminização política não significa que estamos perante uma sociedade com uma democracia forte, porque esta inclui todo o cidadão e que estes estão devidamente representados. Produz-se a ideia que estamos perante uma sociedade inclusiva em termos de género.

Verifica-se a representatividade e um interesse em querer sanar as disparidades e interesses de género, vimos que os problemas de género são abordados na agenda parlamentar, de uma forma formal são criados os meios para confrontar esta situação, mas por sua vez estes parecem não serem eficazes ou não provocarem o efeito desejado. Concluimos esta situação dá-se ao facto da prevalescência da cultural tradicionalista. A cultura baseada na tradição elevada do modelo patriarcal é elevada, logo entra em choque com as políticas sociais e com a legislação. Somente eliminando o relevo das práticas tradicionais, educando a sociedade, apresentado ideias e princípios inclusivas para a melhoria da situação da mulher é que as políticas e os instrumentos criados para promover a igualdade de género serão mais eficazes.

Por ainda não existir um sistema legal eficaz para a resolução de conflitos de género, medidas que defendem e que pune fortemente as situações ocorridas como consequência da desigualdade e discriminação, muita das vezes surgem actos de discriminação contra a mulher, mas estes não são denunciados porque a sua resolução dá-se por forma de diálogo entre as famílias, mantendo-se assim inalteráveis a cultura tradicional moçambicana. Por vezes é a própria mulher que se coloca nesta situação submissa.

Portanto o alto número de feminização no parlamento moçambicano, a sua essência não se traduz na realidade em que a mulher vive. Em termos comparativos, acreditamos que existem parlamentos com um nível mais baixo de feminização parlamentar mas que ao mesmo tempo a mulheres vivem em condições sociais muito mais favoráveis que as mulheres moçambicanas.

## CONCLUSÕES

O objectivo deste trabalho era estudar o alargamento do espaço político e social para uma maior participação política da mulher nos processos de tomada de decisão em Moçambique. Tentar explicar o porquê e como que Moçambique, um país que possui déficits sociais, económicos e educacionais, em termos de números pretende atingir 50/50 a nível de paridade política no parlamento até 2015. Atendendo que diversa literatura defende que Moçambique está entre os países com maior representação feminina nos órgãos legislativos, este trabalho tentou explicar questões sobre o acesso da mulher na elite parlamentar em termos quantitativos, mas não de uma forma isolada. Por detrás deste alto número de paridade de género no parlamento, a realidade social da mulher é muito diferente. Portanto o nosso estudo baseou-se nestes dois pontos.

Em Moçambique a mulher constitui a maior percentagem da população, no entanto, os homens têm dominado os assuntos e espaços da esfera pública, onde as mulheres em muitos casos têm menos controlo e protagonismo no processo de tomada de decisão. A realização das primeiras eleições multipartidárias, em 1994, abriu um novo campo de pesquisa que tem procurado responder às questões colocadas pela implementação do sistema democrático em Moçambique.

Moçambique, em paralelo com outros países africanos, sofreu a dominação colonial que veio a terminar em 1975 após alguns anos de luta anti-colonial. Mas logo após a conquista da independência, o país adoptou o sistema de orientação socialista que contribuiu para a eclosão de uma guerra civil entre a Renamo e a Frelimo. Foi neste contexto que, à semelhança de outros países que adoptaram a democracia no período pós-independência, inicia-se no país um conjunto de reformas institucionais e estruturais nos finais da década 1980 e início da década 90, caracterizadas por uma abertura económica e política.

A Constituição de 1990, a emenda Constitucional de 1996 e a Constituição de 2004 consagraram o pluralismo político e a separação de poderes, permitindo a criação de um Estado de Direito Democrático e a realização das primeiras eleições no contexto do sistema multipartidário. Com a elaboração de um quadro legal que garante o exercício das liberdades e direitos do cidadão, fica assegurada a inclusão da diversidade de opiniões e de estratégias políticas.

Constatamos que não podemos isolar a participação das mulheres no campo político dos mecanismos de socialização na família que, estabelecendo matrizes e desenhando as competências para as funções da domesticidade, configuram a identidade feminina em torno de valores que a excluem dos modelos actuais de intervenção política. A ausência das mulheres dos espaços de poder é um elemento constitutivo da história política. Embora nos últimos anos tenha havido um aumento significativo da participação feminina na política, este não tem acompanhado o ritmo de transformações sociais e económicas das últimas décadas. A subalternidade de que vive a cultura patriarcal tem determinado a dependência das mulheres nas instâncias de poder. Apesar de se reconhecer o aumento de número de mulheres a acederem ao poder, o exercício da mesma ainda é coberto de muitos desafios que vão desde as atitudes machistas até a falta de reconhecimento da capacidade das mulheres.

Com as alterações do sistema político no início da década de 90 e, principalmente, com a multiplicação da intervenção cívica (através das OSC e das ONGs), criaram-se novas possibilidades para que a luta pela emancipação das mulheres se pudesse exprimir de forma mais plural. É assim que um número cada vez maior de mulheres começa a ocupar órgãos de decisão, tanto ao nível da administração pública como ao nível do poder político, particularmente no seio dos partidos, da Assembleia da República e do governo.

Ao mesmo tempo, e atendendo às recomendações das Nações Unidas para o aumento da presença das mulheres em órgãos de decisão política, desde 1994 até à legislatura de 2004-2009, o número de mulheres no poder em Moçambique, passou de 25,70% para 39,2%<sup>111</sup>.

No âmbito da intensificação da participação da mulher no processo de tomada de decisão, Moçambique destaca-se como um dos poucos Países na África Austral que assinou e ratificou o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento<sup>112</sup>. Assim, Moçambique é assinante de vários instrumentos legais internacionais relativos ao género, que advogam o aumento ou igual representação de mulheres nas posições de tomada de decisão. Dos mais relevantes para Moçambique é o Protocolo da SADC

---

<sup>111</sup> Inter-Parliamentary Union. Women in national parliaments. <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif311209.htm>

<sup>112</sup> Entre as 25 metas a serem atingidas até 2015, o Protocolo clama pela igualdade na representação e participação das mulheres na área de decisão política. Neste âmbito Moçambique ao assinar este Protocolo sobre o Género e Desenvolvimento em 17 de Agosto de 2008, em Joanesburgo, comprometia-se a alcançar pelo menos a representação de 50% de mulheres nas posições de tomada de decisão nos sectores públicos e privados até 2015.

sobre Género e Desenvolvimento que foi assinado pelos Chefes de Estado da SADC em Agosto de 2008, no qual os signatários se comprometem a trabalhar no sentido de assegurar que até 2015 se atinja a meta de 50% de mulheres nas posições de tomada de decisão, no sector público e privado<sup>113</sup>.

Consideramos a introdução da Lei de Quotas como sendo o factor primário para a alta feminização política no parlamento moçambicano. Os resultados das recentes eleições mostram que as quotas no parlamento têm vindo a superar o défice de género na política, mas ao mesmo tempo verifica-se a fragilidade da aplicação das políticas de género como mecanismo para impulsionar o equilíbrio entre homens e mulheres em todos os níveis sociais. É certo que a criação desta lei por si só, não é suficiente para reverter o quadro de baixa participação e avanço social das mulheres, entretanto, a legalidade permitirá uma maior ousadia das mulheres de adentrar num mundo antes interdito.

Ao nível da AR tenta-se cumprir a política de quotas, sendo já considerável o número de deputadas, sobretudo nas bancadas da Frelimo e da Renamo. Embora, exista uma alta feminização política, as OSCs dizem que as mulheres, apesar de serem as principais dinamizadoras das campanhas eleitorais, mais poucas vezes elas configuram nas listas para deputados dos partidos políticos. Apesar de existir a política regional de quotas para que a mulher possa ascender ao poder de decisão, Moçambique ainda está muito aquém desse objectivo. Neste caso, o mínimo seriam 30% estabelecidos pela União Africana. Portanto na sua essência, as quotas parecem-nos que foram adoptadas com vista a traçar os ODMs de 2015 e não necessariamente para resolver a questão fundamental de desigualdade política.

---

<sup>113</sup> NAMBURETE, Eduardo (editor). Género e Governo Local em Moçambique. Johannesburg: GENDER LINKS, 2010. Pg 24.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Asdi): Um Perfil das Relações de Género Edição Actualizada de 2006. Para a Igualdade de Género em Moçambique.
- AHIKIRE, Josephine. Participation of Women in Politics and Gender Policies: African Experiences and Lessons Learnt: The Case of Uganda. International Conference. Accra, 2004.
- ALMEIDA, Pedro Tavares, PINTO, António Costa e BERMEJO, Nancy. Quem governa na Europa do Sul? Recrutamento ministerial, 1850-2000. Instituto de Ciências Sociais. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- ANDRADE, Ximena. Famílias em contexto de mudanças em Moçambique. Departamento de Estudos de Mulher e do Género, Maputo, WLSA/CEA: UEM, 1998.
- ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Géneros: Mediações nas rotas de Ingresso das mulheres na representação Política. Rio de Janeiro. Revista de Sociologia e Política, n° 24, Junho de 2005.
- BALLINGTON, Julie; MATLAND, Richard. Political parties and special measures: Enhancing women's participation in electoral processes. In: Expert Group Meeting on "Enhancing women's participation in electoral processes in post-conflict countries". Glen Cove, 2004.
- BAUER, Gretchen e BRITTON, Hannah. Women In African Parliaments: A Continental Shift? United States of America, Lynne Rienner Publishers, Inc, 2006.
- BAUM, Michael e ESPÍRITO-SANTO, Ana. Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres, In André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- BEAUVOIR, Simone. Le deuxième sexe. Editions Gallimard, Paris, 1949.
- BIRD, Karen. The Political Representation of Women and Ethnic Minorities in Established Democracies: a Framework for Comparative Research. Paper apresentado na Academy of Migration Studies, na Dinamarca, 2003. In <http://www.outcome-eng.com/wp-content/uploads/2011/12/Karen-Bird-amidpaper.pdf>

- BOCK, Gisela. Women's History and Gender History: aspects of an International Debate, Gender and History, Vol. I, no. 1 Spring, 1989.
- BOSELLI, Giane. No poder e sem violência: dos desafios da inclusão feminina neste século. In: CFEMEA, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. The Logic of Practice. Stanford: Imprensa Universitária de Stanford, 1994.
- BRITO, Luís. Estado e Democracia Multipartidária em Moçambique. In: BRITO, Luís e Bernerd Weimer Multipartidarismo e Perspectivas Pós-Guerra, Relatório de Seminário, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert, Março de 1993.
- BRITO, Luís, CASTEL-BRANCO, Carlos, CHICHAVA, Sérgio e FRANCISCO, António (organizadores). Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique. IESE: Maputo, 2010.
- BRITO, Luís. O Poder entre a Utopia e a Realidade. In Samora – Homem do Povo. Maputo: Maguezo Editores, 2001.
- BRITO, Miguel de, NAMBURETE, Eduardo. A Mulher e as Posições de Liderança em Moçambique 2012. Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA). Maputo, 2013.
- CASIMIRO, Isabel. Paz na terra, Guerra em Casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique. Tese de Mestrado na Universidade de Coimbra, 1999.
- CASIMIRO, Isabel. Feminismo e direitos humanos das mulheres. Publicado em "Outras Vozes", nº 6, Fevereiro de 2004.
- CHENG, Christine e TAVITS, Margit. Gender Matters in selection of Female Party Candidates in Canada. University of Cambridge, 2011.
- CHIARA, T Why so Few? Women's Political Careers in Governmental Positions in Italy (1987-2008). Paper apresentado na Conferência ECPR, em Dublin, 2010. In <http://www.ecprnet.eu/databases/conferences/papers/466.pdf>
- CHODOROW, Nancy. Gender as a Personal and Cultural Construction. Signs: Journal of Women in Culture and Society, Vol. 20, n.º 3, 1995.
- COTTA, Maurizio. e Best, Heinrich. Democratic representation in Europe: Diversity, Change and Convergence, Oxford, Oxford University Press, 2007.
- Comissão Europeia, Women in power still trapped by glass ceiling, Comunicado de Imprensa de Março de 2008.

- DAHL, Robert. Modern Political Analysis. 4<sup>th</sup> Edition: Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall, 1984. DELLA PORTA, Donatella. Introdução a Ciência Política. Lisboa, 2003.
- DAHLERUP, Drude, From a small to a large minority, women in Scandinavian politics quoted in Virginia Willis, “Public life: Women Make a Difference”, Paper for the Expert Group Meeting on the Role of Women in Public Life, DAW, Vienna, 1991.
- FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder, Rio de Janeiro, Graal, 1996.
- FREIRE, André. Recrutamento Parlamentar: os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura, 2001.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, VALA, Jorge e Viegas, José Manuel. Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia. Centro de Estudos Africanos/ISCTE, Lisboa, 1990.
- HIRSCHMAN, Albert O. Exit, Voice and Loyalty. Responses to Decline in Firms, Organizations and States. Harvard University Press, 1970.
- HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2007.
- HUDA, Sigma "Report of the Special Rapporteur on the human rights aspects of the victims of trafficking in persons, especially women and children" for the United Nations Commission on Human Rights, February 2006.
- IDEA –International Institute for Democracy and Electoral Assistance. The Implementation of Quotas: African Experiences. Edited by Julie Ballington. 2004.
- IGLÉSIAS, Olga. África, a Mulher Moçambicana e a NEPAD, Lisboa, Universidade Lusófona, 2005.
- ISSACMAN, Barbara e STEPHEN, June. A Mulher Moçambicana no processo de libertação, Maputo: INLD, 1984.
- KAUFMAN, Michael e KIMMEL, Michael. The Guy's Guide to feminism, Seal Press, 2011.
- KIOKO, Wanza. Gender and the Participation of Women in Politics and Policy Processes. The Kenyan experience. International conference, Accra, 2004.
- LILLIEFELDT, Emilie. Political Parties and Gender Balanced Parliamentary Presence in Western Europe: a two-step fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis. Working Paper, 2009. Pg. 12. In

<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CFUQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.sussex.ac.uk%2Fsei%2Fdocuments%2Fsei-working-paper-no111.pdf&ei=xQHRT73pFomx0QXgncnJCw&usg=AFQjCNEoH9mMTUHFpFjFTdgcoeV0Effbrw&sig2=pc74ET9vXqfZNyu23cPNCQ>

- LOFORTE, Ana Maria. Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique. Maputo, Promédia, Colecção Identidades nº 3, 2000.
- MACHEL, Samora. A Libertação da Mulher, Global, 1979.
- MARTINS, Manuel Meirinho e TEIXEIRA, Conceição Pequito. O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres, DGAI-MAI, 2005.
- MATLAND, Richard. Women's Representation in National Legislatures: Developed and Developing Countries Legislative Studies Quarterly 23. 1998. In <http://orion.luc.edu/~rmatlan/pdf/1998WomensRepresentationinNationalLegislatures.pdf>
- MATLAND, Richard E. Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems. In: IDEA, Women in Parliament, Stockholm, 2002.
- MATLAND, Richard. Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems, 2005. In Ballington, J. e Karam, A. (eds), Women in Parliament: Beyond Numbers. A Revised Edition. Estocolmo: IDEA. In [http://www.idea.int/publications/wip2/upload/WiP\\_inlay.pdf](http://www.idea.int/publications/wip2/upload/WiP_inlay.pdf)
- MAZULA, Brazão. Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985, Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, 1995.
- MAZULA, Brazão. As Eleições moçambicanas: uma trajectória da paz e da democracia. In Brazão Mazula (coord.) Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo: CEDE, 1995.
- MELKIORI, Paola. Messages from Huairou for a Redefinition of the Space of Politics. In: Canadian Women Studies, 17, n.º 2, 2004.
- NAMBURETE, Eduardo (editor). Género e Governo Local em Moçambique. Johannesburg: GENDER LINKS, 2010.
- NORRIS, Pippa e LOVENDUSKI, Joni. Political representation and recruitment: gender, race and class in the British Parliament. University of Cambridge, 1995.



- NORRIS, Pippa e INGLEHART, Ronald. Rising tide: gender equality and cultural change around the World, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.
- NORRIS, Pippa e INGLEHART, Ronald. Gender Equality and Democracy, University of Michigan, 2004.
- NORRIS, Pippa. The Impact of Electoral Reform on Women's Representation Acta Política, 41, 2006. In <http://www.palgrave-journals.com/ap/journal/v41/n2/full/5500151a.html>
- OSÓRIO, Conceição. Poder e Violência: Homicídio e Femicídio em Moçambique. Maputo, WLSA, 2000.
- OSÓRIO, Conceição. Acesso e exercício do poder político pelas mulheres. Publicado no "Outras vozes", n.º 21, de Novembro de 2007.
- OSÓRIO, Conceição. Género e democracia. As eleições de 2009 em Moçambique. WLSA Moçambique, Maputo, 2010.
- OSÓRIO, Conceição. Subvertendo o poder político? Análise de género das eleições legislativas em Moçambique. WLSA Moçambique, Maputo, 2005.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. World Report on Violence Against Children. Estudo do Secretário Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança. Genebra, 2006.
- PHILLIPS, Anne. The Politics of Presence. Oxford University Press, 1995.
- PHILLIPS, Anne. Democracy and Representation: Or Why Should it Matter Who Our Representatives Are? In Anne Phillips, ed. Feminism and Politics. Oxford, Oxford University Press, 1998.
- RIBEIRO, Gabriel Sérgio Mitha. O Pensamento social sobre o político em Moçambique. Estudo de caso da Cidade de Tete. Lisboa, ISCTE, 2008.
- RIBEIRO, Gabriel Sérgio Mitha. As representações sociais dos moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política. Lisboa, ISCTE, 2000.
- RULE, Wilma. Contextual barriers and benefits to women's parliamentary and cabinet representation in 68 democracies. Paper apresentado na 18ª World Congress of the International Political Science Association, no Quebec. Cit. por Christmas-Best, V. e Kjaer, U. (2007), "Why so Few and Why so Slow? Women as Parliamentary Representatives in Europe from a Longitudinal Perspective",

2000. In Cotta, M. e Best, H. (2007) *Democratic representation in Europe: Diversity, Change and Convergence*, Oxford, Oxford University Press.
- SANTOS, Maria Helena, AMÂNCIO, Lígia. *Género e Política: Análise sobre as resistências nos discursos sociais face à Lei da Paridade*.
  - SARACENO, Chiara. *Sociologia da família*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992.
  - SCOTT, Joan. *Género: uma categoria útil para a análise histórica*. Traduzido por C. Dabat e M. Avila. New York, Columbia University Press, 1989.
  - SCOTT, Joan. *Experience*. In *Feminist Theorize the Political*, edited by Joan Scott and Judith Butler, New York: Routledge, 1992.
  - SEIDLER, Victor J. *Unreasonable Men - Masculinity and Social Theory*. Londres: Routledge, 1994.
  - SIAROFF, Alan. *Women's Representation in Legislatures and Cabinets in Industrial Democracies*. *International Political Science Review*, 21(2), 2000. In <http://ips.sagepub.com/content/21/2/197.full.pdf>
  - SILVEIRA, Maria Lúcia da. *Políticas públicas de género: impasse e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade*. In: *Políticas públicas e igualdade de género/Tatau*, 2004.
  - Sussex European Institute. *Political Parties and Gender Balanced Parliamentary Presence in Western Europe: A two-step Fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis*, University of Sussex, Falmer, 2009.
  - TOURAINE, Alain. *O que é democracia?* São Paulo, Brasiliense, 1996. Publicado em Instituto Piaget, Lisboa, 1996.
  - TVEDTEN, Inge, PAULO, Margarida e ROSÁRIO, Carmeliza, “Opitanha”: *Social relations of rural poverty in northern Mozambique*, CMI Report 2006, Chr. Michelsen Institute, Bergen, Noruega, 2006.
  - TVEDTEN, Inge, PAULO, Margarida e MONTSERRAT, Georgina. *Gender Policies and Feminisation of Poverty in Mozambique*, CMI Report, Chr. Michelsen Institute, Bergen, 2008. Pg. 186. In *Pobreza Infantil e Disparidades*. UNICEF, 2010. [www.unicef.org/mz/cpd/documents/Pobreza-infantil-2010.pdf](http://www.unicef.org/mz/cpd/documents/Pobreza-infantil-2010.pdf)
  - União Interparlamentar “Igualdade na política: Uma pesquisa sobre Mulheres e Homens no parlamento”, 2008.
  - União Inter-parlamentar. *Equidade de Género: Uma pesquisa sobre Mulheres e Homens no Parlamento*. Nova Iorque: SADAG, 2008.

- UNIFEM: Quem Responde às Mulheres, Género e Responsabilização. Nova Iorque, 2009.
- VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio. As mulheres na Política. Oeiras: Celta, 2001.
- WEINER, Myron. Political Participation: Crises of The Political Process. In Lucian Pye (ed.), Crises and Sequences in Political Development, Princeton, Princeton University Press, 1971.
- YOUNG, Crawford. Postcolonial State in Africa: Fifty Years of Independence, 1960-2010. The University of Wisconsin Press, Enland, 2012.
- YOUNG, Iris Marion. Justice and the Politics of Difference, Princeton University, 1990.
- YOUNG, Kate. Gender and development: relational approach. Institute of development studies (IDS), Sussex University, 1998.
- ZAMPARONI, Valdemir Donizette. Entre Narros & Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques 1890-1940. São Paulo, 1998.
- ZAMPARONI, Valdemir Donizette. Chibalo: trabalho livre, trabalho escravo? As discussões em torno do trabalho compulsório em Moçambique Colonial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 2001. Anais Porto: UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 2001.
- ZIMBA, Benigna. Família, identidade feminina e construção da Paz em Moçambique, 1992-2002. In Brazão Mazula (coord.). Moçambique 10 anos de Paz, Maputo, CEDE, 2002.
- ZIMBA, Benigna. Mulheres invisíveis: o género e as políticas comerciais no sul de Moçambique. 1720-1830. Maputo, Promédia, 2003.

## **Documentos consultados**

### **Moçambique:**

- Assembleia da República (2009b), Um Olhar sobre a VI Legislatura 2005-2009. Maputo.
- Documentos da II Conferência da OMM, 10 a 17 de Novembro de 1976.
- Relatório elaborado pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento: Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006–2009, Governo de Moçambique, Maputo, 2006.

- Instituto Nacional de Estatística (INE); Instituto Nacional de Saúde. Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais, e informação sobre Hiv e Sida. Maputo, 2009.

### **Internacional:**

- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Nações Unidas. Objectivo 3, 2002.
- United Nations Committee on the Elimination of Discrimination against Women, “Consideration of reports submitted by States Parties under article 18 of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, Combined initial and second periodic reports of States Parties – Mozambique,” CEDAW/C/MOZ/1-2, Nações Unidas, Genebra, 14 de Novembro de 2005.

### **Legislação consultada**

- Constituição da República de Moçambique de 1975, 1990 e de 2004.
- Lei nº 6/2001, de 30 de Abril.
- Lei nº 10/2004, Lei da Família.
- Lei contra a Violência Doméstica.
- Lei nº 17/2007, de 18 de Julho. Regimento da Assembleia da República. BR I série, número 29.
- BR nº1, I série de 7 de Janeiro 2000.
- BR nº 8, I série de 29 de Fevereiro de 2000.
- BR nº 47, I série de 23 de Novembro de 1997.
- BR nº 11, I série de 16 de Março de 2005.
- Resolução nº 19/2007, BR nº 19, I série, 2007

### **Endereços consultados:**

- [EF GenderGap Report 2011.pdf](#)
- [revistas.rcaap.pt/spp/article/download/694/610](http://revistas.rcaap.pt/spp/article/download/694/610)
- [www.weforum.org](http://www.weforum.org)
- [www.popcouncil.org/pdf/briefingsheets/MOZAMBIQUE\\_2005.pdf](http://www.popcouncil.org/pdf/briefingsheets/MOZAMBIQUE_2005.pdf).
- [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)
- <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>
- [http://www.idea.int/publications/quotas\\_africa/upload/IDEA\\_no3.qxd.pdf](http://www.idea.int/publications/quotas_africa/upload/IDEA_no3.qxd.pdf)

- [http://www.infopedia.pt/\\$o-brado-africano](http://www.infopedia.pt/$o-brado-africano)
- [http://www.ipu.org/parline-e/reports/2291\\_arc.htm](http://www.ipu.org/parline-e/reports/2291_arc.htm)
- <http://www.weforum.org/docs/W>
- [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2011.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2011.pdf)
- <http://www.unicef.org/mz/cpd/documents/chapters/pt/Pobreza-Infantil-e-Disparidades-2010-06-Capitulo-6.pdf>
- <http://www.scielo.br/pdf/ln/n13/a07n13.pdf>
- [http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/rec\\_parl.pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/rec_parl.pdf)
- [http://hdr.undp.org/reports/global/2003/indicator/indic\\_196\\_1\\_1.html](http://hdr.undp.org/reports/global/2003/indicator/indic_196_1_1.html)
- <http://www.outcome-eng.com/wp-content/uploads/2011/12/Karen-Bird-amidpaper.pdf>
- <http://politicsinspires.org/gender-matters-in-selection-of-female-party-candidates-in-canada/>
- <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/08/390&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>
- [http://web.idrc.ca/fr/ev-54441-201-1-DO\\_TOPIC.html](http://web.idrc.ca/fr/ev-54441-201-1-DO_TOPIC.html)

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1**

### **Distribuição dos entrevistados em função dos sexos e respectivas funções desempenhadas**

#### **Partido da Frelimo**

Tabela de distribuição das mulheres

Número	Cargo	Mandatos
1	Deputada	Primeiro
2	Deputada	Segundo
3	Deputada	Segundo
4	Deputada	Segundo

Tabela de distribuição dos homens

Número	Cargo	Mandatos
5	Deputado	Segundo
6	Deputado	Terceiro
7	Deputado	Terceiro
8	Deputado	Segundo

#### **Partido da Renamo**

Tabela de distribuição das mulheres

Número	Cargo	Mandatos
9	Deputada	Terceiro
10	Deputada	Terceiro
11	Deputada	Segundo
12	Deputada	Primeiro

Tabela de distribuição dos homens

Número	Cargo	Mandatos
13	Deputado	Terceiro
14	Deputado	Terceiro
15	Deputado	Terceiro
16	Deputado	Terceiro

### Outros entrevistados

Número	Instituição/Profissão	Escolaridade
17	Fórum Mulher	Licenciada
18	EISA	Licenciada
19	WLSA	Mestre
20	OMM	Ensino Médio
21	Representante da sociedade civil	Licenciada
22	Destacamento Feminino	Ensino Técnico



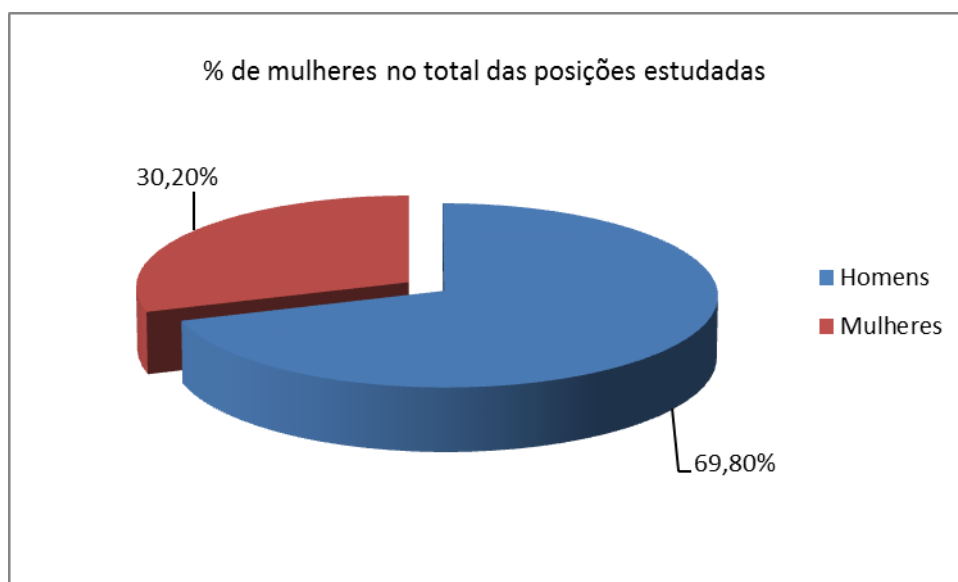
## ANEXO 2

### Percentagem das representações de género nos cargos seleccionados

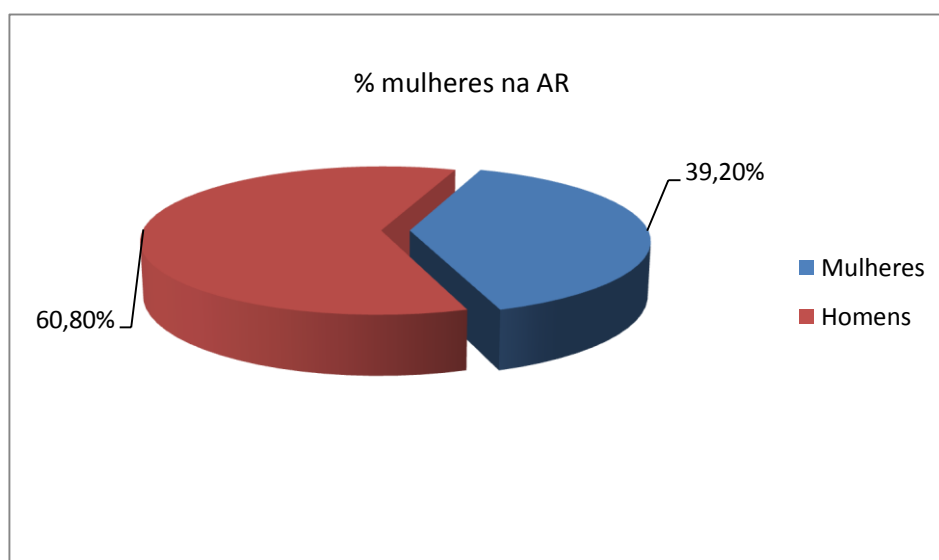
Sector	Mulheres		Homens		Total
	Nº	%	Nº	%	
<b>Assembleia da República: 250 deputados</b>					
Deputados	98	39.2	152	60.8	250
Bancada da Frelimo	83	43.5	108	56.5	191
Bancada da Renamo	14	27.5	37	72.5	51
Bancada da MDM	1	12.5	7	87.5	8
Presidente	1	100	0	0	1
Comissão Permanente	6	35.3	11	64.7	17
Chefes das Bancadas	2	66.7	1	33.3	3
Presidentes das Comissões	3	37.5	5	62.5	8
Secretário-Geral da AR	0	0	1	100	1
<b>Partidos Políticos com representação parlamentar</b>					
Presidentes	0	0	3	100	3
Secretários-Gerais	0	0	3	100	3
<b>Comissão Política:</b>					
Frelimo	6	35.3	11	64.7	17
Renamo	2	18.2	9	81.8	11
MDM	2	18.2	9	81.8	11
<b>Candidatos às eleições legislativas de 2009:</b>					
Frelimo	155	40.9	224	59.1	379
Renamo	84	25.8	241	74.2	325
MDM	50	20.0	200	80.0	250
<b>Executivo e Administração Pública</b>					
Presidente da República	0	0	1	100	1
Primeiro-Ministros	0	0	1	100	1
Ministros	8	28.6	20	71.4	28
Vice-Ministros	4	17.4	19	82.6	23
Secretários Permanentes	6	24	19	76	25
Governador do Banco de Moçambique	0	0	1	100	1
Administradores do Banco de Moçambique	2	33.3	4	66.7	6

Sector Privado (30 empresas privadas do topo do ranking da KPMG e 10 bancos comerciais)					
Presidentes dos Conselhos de Administração	2	10.5	17	89.5	19
Membros dos Conselhos de Administração	45	22.0	160	78.0	205
Directores Gerais/Executivos	1	3.4	28	96.6	29
Sector Bancário:					
Presidentes dos Conselhos de Administração	2	20.0	8	80.0	10
Membros dos Conselhos de Administração	10	13.3	65	86.7	75
Academia (9 Universidades e Institutos Superiores)					
Reitores	0	0.0	9	100	9
Vice-Reitores	5	55.6	4	44.4	9
Directores de Faculdades	13	15.3	72	84.7	85

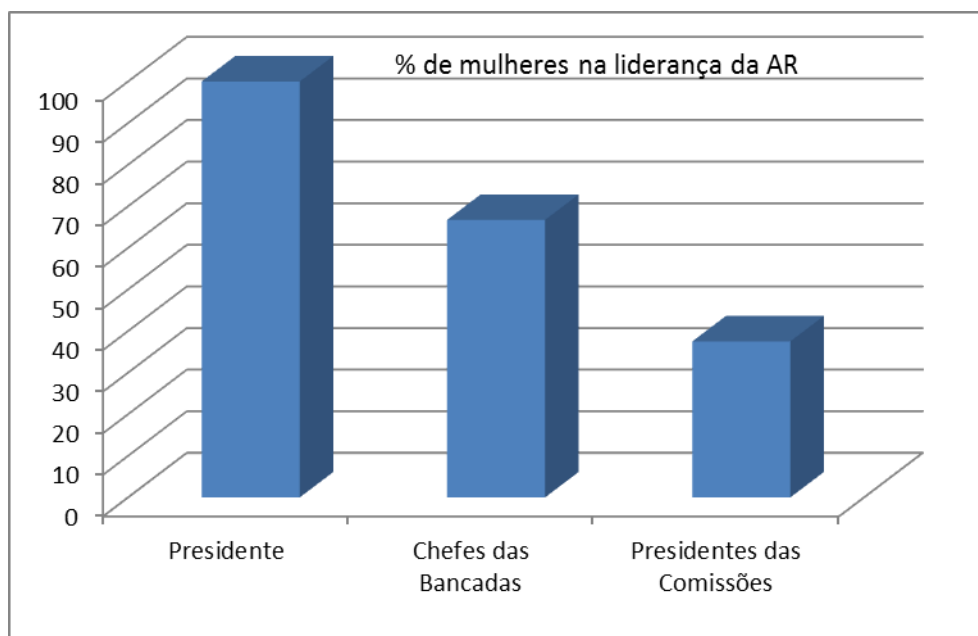
**Gráfico 1: Percentagem de mulheres nas posições estudadas**



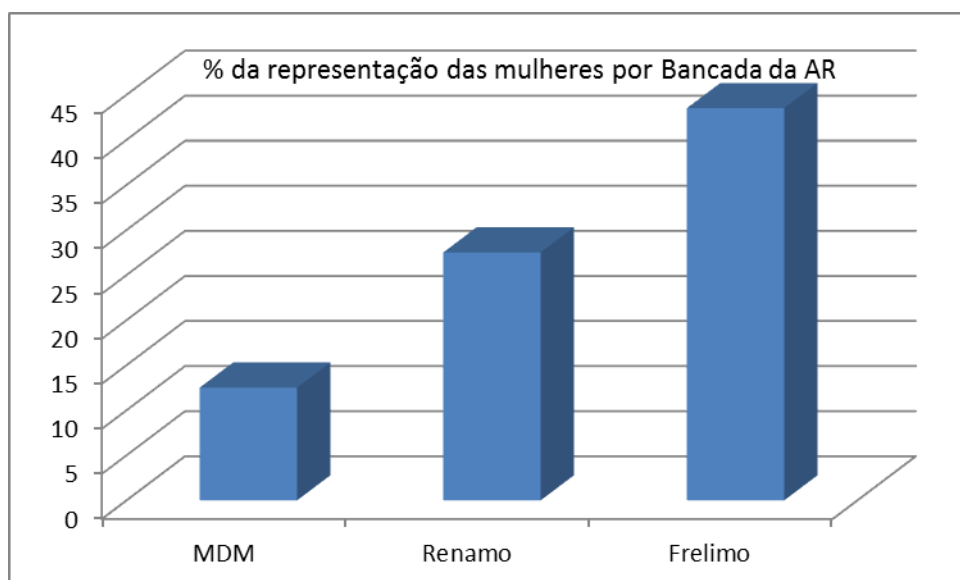
**Gráfico 2: Percentagem de mulheres na AR (deputadas)**



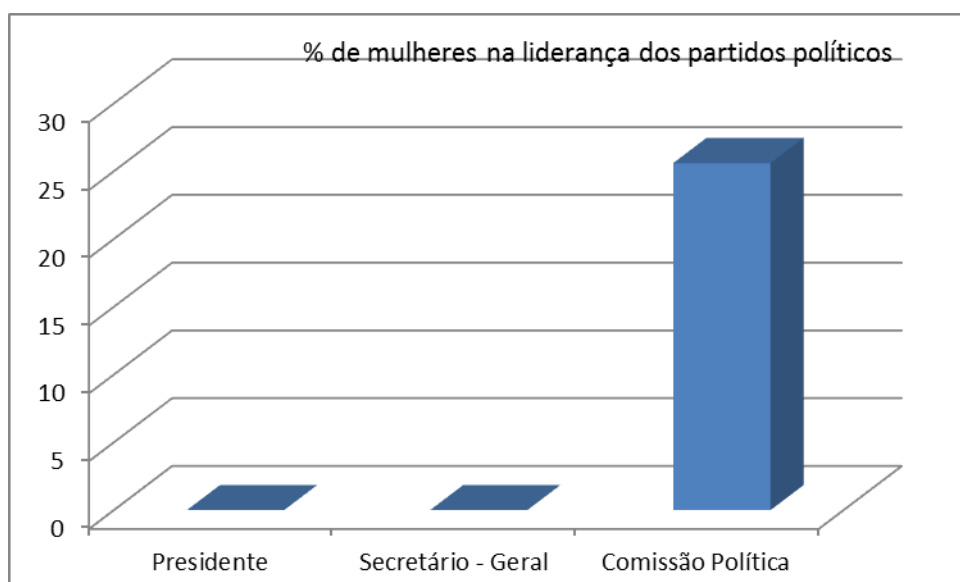
**Gráfico 3: Percentagem de mulheres nos cargos de liderança na Assembleia da República**



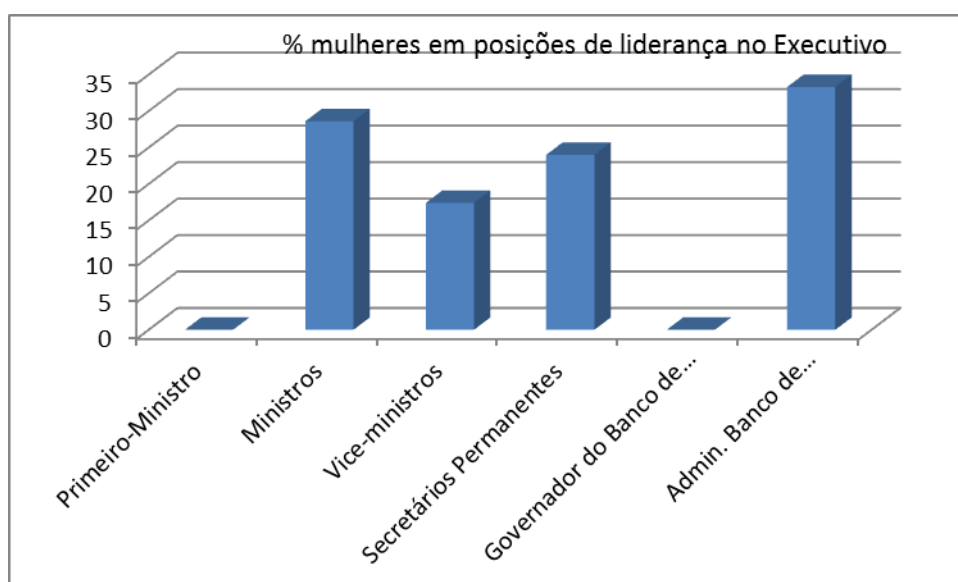
**Gráfico 4: Percentagem de mulheres nas Bancadas Parlamentares**



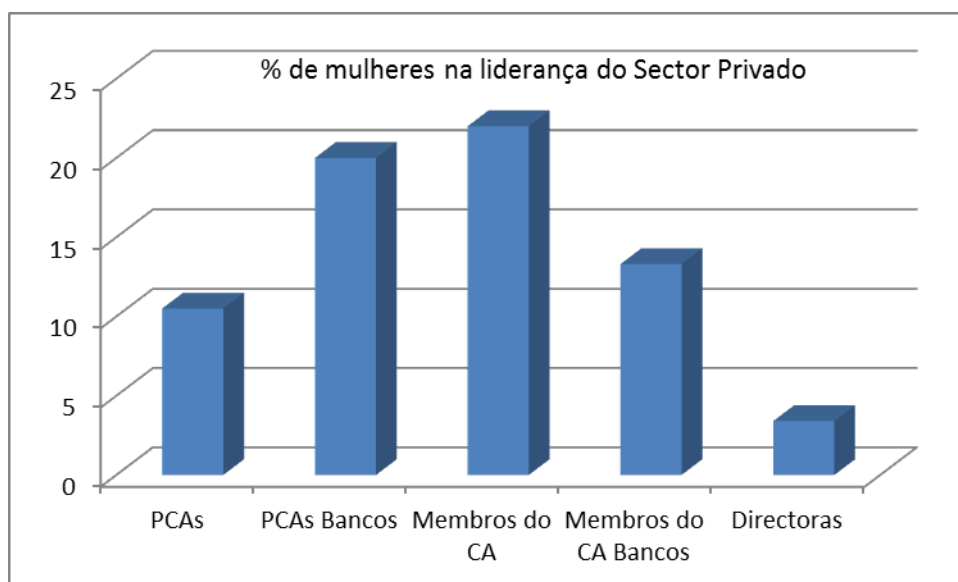
**Gráfico 5: Percentagem de mulheres nos cargos de liderança dos partidos políticos**



**Gráfico 6: Percentagem de mulheres em cargos de liderança no Executivo**



**Gráfico 7: Percentagem de mulheres em posições decisórias e de liderança no Sector Privado**



**Gráfico 8: Percentagem de mulheres em posições decisórias e de liderança no Ensino Superior**

